

**SÉRIE ANTROPOLOGIA**

**286**

**SEXO, ESTUPRO E PURIFICAÇÃO**

**Lia Zanotta Machado**

**Brasília  
2000**

## Sexo, Estupro e Purificação

Lia Zanotta Machado<sup>1</sup>

O desafio deste trabalho é contrastar, em cenários de envolvimento em situação de estupro, os olhares masculinos e os olhares femininos. Até que ponto compartilham de um mesmo imaginário? Até que ponto se afastam nos seus sentidos inversos?

O material para a minha reflexão sobre os olhares femininos será a centralidade da etnografia de um personagem feminino, Maria, entrevistada através de contatos com liderança comunitária, três outros casos de agredidas sexuais entrevistadas junto à Delegacia das Mulheres do Distrito Federal, e dois casos de agredidas por lesões corporais, que nos contam das agressões sexuais dos companheiros<sup>2</sup>.

A reflexão e a análise sobre os olhares masculinos terá por referência, a leitura do comportamento do agressor de Maria, tal como por ela relatado, entrevistas com dois agressores denunciados e contatados na Deam/D.F., e relatos de nove apenados por estupro na prisão da Papuda<sup>3</sup>.

Quantitativamente, as denúncias de agressão sexual na Delegacia Especializada da Mulher do Distrito Federal (DEAM/D.F.) vêm registrando anualmente como sendo agressores conhecidos, cerca de 60% dos casos ocorridos. Entre os apenados por estupro

---

<sup>1</sup> Professora Titular de Antropologia da Universidade de Brasília, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher (NEPeM/UnB), Dra. em Ciências Humanas, USP, 1980 e Pós-doutorado (CNPq) no Institut de Recherches sur les Sociétés Contemporaines (IRESCO) e na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Paris (1992-1994).

<sup>2</sup> Este texto está publicado em Suárez, Mireya e Bandeira, Lourdes (orgs.) **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**, Brasília, Ed. UnB e Paralelo 15, 1999 e faz o caminho temporal inverso de só agora estar presente na Série Antropológica. Toda a pesquisa está sendo realizada pelo NEPeM/UnB. “Maria” foi entrevistada pela então estudante de psicologia, Renata Weber, bolsista de iniciação científica, orientada primeiro por Mireya Suarez e, depois, por mim. Foram gravadas sete fitas de 60 minutos, as quais transcrevi. Ver também os Relatórios de Renata Weber de março e julho de 1996: “Mulheres agredidas no D.F. Estudos de Caso em Samambaia”. As três agredidas sexuais entrevistadas na Delegacia Especializada da Mulher do Distrito Federal (DEAM/DF), e que são aqui só referidas secundariamente, foram por duas bolsistas de iniciação científica: duas pela então graduanda de antropologia e minha orientanda, Tânia Arruda, hoje mestranda na UnB, e a terceira pela estudante de psicologia Simone Ribeiro Garcia, orientada por mim e depois por Lourdes Bandeira. Ver também os relatórios de pesquisa redigidos pela duas estudantes. As duas mulheres agredidas sexualmente pelos seus maridos foram entrevistadas pela estudante de antropologia, bolsista de iniciação científica, Patrícia Osório.

<sup>3</sup> Os dois acusados de agressão sexual entrevistados na DEAM/DF foram por Patricia Osório, trabalhando sob minha orientação. Ver os relatórios já redigidos sobre a “Etnografia da Violência: Análise das relações domésticas a partir do discurso do agressor e sobre o agressor” (1997 e 1998). As reflexões deste artigo sobre os apenados da Prisão da Papuda estão exclusivamente assentadas em nove entrevistas realizadas com apenados por estupro na Prisão da Papuda, por duas bolsistas de iniciação científica, Danielli Jatobá França e Thania Regina Arruda, cujo trabalho se iniciou com Rita Segatto, que então participava das pesquisas do NEPeM, e foram depois por mim orientadas, no âmbito do NEPeM e das suas dissertações de graduação de antropologia, do final de 1994 a 1996. Ver as dissertações de graduação de Thania Arruda (1995) e Danielli França (1996). Os apenados de “A” a “E” são os entrevistados por Thania Arruda e os apenados “Z”, “X”, “Y” e “V” por Danielli França.

na prisão da Papuda do Distrito Federal, nos anos de 1994 e 1995, cêrca de 25% dos casos advinham de sentenciados cujas vítimas eram conhecidas. (Dos 82 detentos presos por crime sexual, na época da coleta, apenas 23 tinham envolvimento anterior com a vítima.) O que parece significar que as denúncias por estupro nas relações parentais ou entre conhecidos, são mais dificilmente entendidas como estupro pelos processos investigativos e judiciários.

A proposta metodológica, é captar a construção social e cultural do estupro na contemporaneidade da cultura brasileira, e os lugares simbólicos onde se inscrevem as construções dos gêneros masculino e feminino ; assim como a configuração dos investimentos subjetivos , articulando as linguagens das moralidades compartilhadas com a elaboração psíquica e subjetiva das vontades e dos desejos.

A vigência contemporânea de dois códigos de moralidade, o do “individualismo de direitos” e o “código relacional da honra” parecem ser a chave explicativa da heterogeneidade das noções de estupro. Sem, no entanto, uma teoria social da aliança, não seria possível, pensar a metamorfose que ocorre com a idéia de estupro, o que chamo de “transformismo” da idéia de estupro. A chave explicativa do transformismo do estupro é a capacidade de reversão do conceito dependendo da posição de “ego” no interior do código relacional da honra.

### ***Estupro e rituais de purificação e de reparação***

O meu desafio é trabalhar com os paradoxos que envolvem o estupro e com o que chamo de transformismo da noção de estupro. O paradoxo que envolve o estupro é ter de um lado , o sentido do estupro como um ato ignominioso, e , de outro, o sentido de que o estupro só torna impuras as mulheres. Ao forte sentido de ato hediondo, aderem, não só o senso comum<sup>4</sup>, mas os próprios estupradores. As expressões por eles utilizadas variam entre “crime nojento” e a ação que só pode ser feita por um “cara muito doido, cheio de coca na cabeça” (entrevistado “A”), “um cara que só pode ser doente mental porque do jeito que tem mulher caindo encima, estuprar para quê ? (entrevistado “B”), “ um cara que fosse certo não faria uma coisa dessas” (“D”), “um homem que não anda com Deus, só pensa nas coisas materiais da vida, vem uma força e o domina e o leva a estuprar”(“E”). Somente “C” é quem define o estuprador de uma forma mais próxima à da legislação vigente : “aquele que pega mulher na rua e força a transar com ele”.

Ouvidos agressores e vítimas, paradoxalmente, o ato de estupro marca não o masculino, mas o feminino com a impureza. De um lado, o ato de estupro é posto como signo da masculinidade. É em nome da “fraqueza masculina”, como se fora estado derivado da “natureza masculina”, que a realização do estupro é relatada pelos estupradores. O transformismo da noção de estupro é que ele pode deslizar da identificação como o ato mais banal de relação sexual ao ato mais hediondo. Os mitos da

---

<sup>4</sup> Ver SUÁREZ, Mireya, SILVA, Ana Paula, FRANÇA, Danielli e WEBER, Renata (1995) \_ “Reflexões sobre a Noção de Crime Sexual” \_ **Série Antropológica** \_ Brasília, Universidade de Brasília

sexualidade informam o “impensado” cultural, que funda as antinomias dos gêneros na sexualidade e tem efeitos sobre o imaginário do estupro<sup>5</sup>.

Iniciarei , pela ordem inversa à cronológica. Apresentarei as cenas posteriores ao estupro. Homens e mulheres, se colocam em campos opostos: são elas, e não eles, que são consideradas impuras . São elas que recorrem a rituais de purificação. Eles se distanciam da cena e voltam às atividades cotidianas, sem recorrerem a nenhum ritual de purificação ou de reintegração. O estupro pode ser preparado ou não, mas parece não ser percebido como um momento extraordinário e uma cena fora do ordinário.

Uma vez, sob a égide do estigma de estuprador, tornam-se explícitos os rituais de reparação desencadeados pelos agressores, para exorcizar o estigma, rituais esses que já estavam presentes, em caráter antecipatório, no próprio ato de estupro, e que estarão mais fortes , depois da instauração do estigma de estuprador.

Num segundo momento, porei em foco as cenas do estupro tal como verbalizadas , visitadas e revisitadas, pelas agredidas e pelos sentenciados por agressão sexual.

### Os rituais femininos de purificação

*“Não tinha sido colocado chuveiro, só era um cano de água fria, muito fria. A noite, época de junho tá frio. Mas eu não sentia frio, eu sentia assim um calor, uma coisa ruim. (...) O banheiro era enorme, o chão bem rústico. Sabe aquele chão assim batido? Eu sentei no chão do banheiro, não tinha luz no banheiro. E, sabe aquelas esponjas que a gente compra grandes? Eu peguei essa esponja, peguei o sabonete e eu ia passando no meu corpo assim aonde eu imaginava que ele tivesse passado a mão, que ele tivesse me beijado, eu ia passando, sabe. **Sabe, como se aquilo ali fosse me limpar por dentro, entende. Fosse apagar tudo que ele tinha feito. As coisas que ele tinha feito comigo. Eu entrei no banho e fiquei, fiquei, mas eu fiquei muito tempo dentro do banheiro**” (...) E eu lá sentada, assim conversando baixinho comigo mesma, assim. Sentei, eu já tinha tomado banho, mas ate a minha língua eu lavei de bucha. Eu sentia necessidade, sabe. Eu peguei a escova de dente e escovei, escovei, escovei, ate que eu senti a minha boca sangrar. Como se aquilo ali fosse uma forma de tirar todo aquele cheiro. Mas eu sentia o cheiro assim, por muitos meses sentia aquele cheiro impregnado em mim.. Não usei mais a roupa, joguei no lixo, joguei no lixo, porque eu achei que a roupa nunca mais ia sair aquele cheiro. Eu não queria mais aquilo. Mas o engraçado que eu senti foi que alguma coisa tinha mudado completamente no meu corpo. Eu senti que naquele momento tinha acontecido alguma coisa diferente, eu só não sabia o quê. (...)*

*De vez em quando um batia na porta. E eu: ‘Não, eu só quero tomar banho’. ‘Uai, mas a água tá fria, tá muito frio’... Eu escutava o rapaz ( o rapaz das panelas a quem foi logo depois encontrar na escola para pagá-lo e que a vendo na situação em que estava, a levou para a casa da mãe) falar. ‘Termina de tomar banho pra gente te levar no hospital’. Mas, se eu for no hospital\_ eu sentia uma necessidade de ir no hospital\_ mas*

<sup>5</sup> Sobre mito e sexualidade, ver Jamake Highwater (1992). Sobre a perspectiva de gênero que atravessa todo este trabalho, ver , entre outros, MacCormack,C. and Strathern,M.(Eds.) (1981). Sobre a perspectiva antropológica na abordagem da sexualidade e da violência, ver Harvey, Penelope and Gow, Peter (ed.) (1994).

*eu pensava: não, no hospital, as pessoas vão saber..., e elas vão saber que eu não sou mais virgem. Eu pensava na hora. Eu não sou mais virgem, que eu fui estuprada. E agora, o que eu vou fazer? Minha mãe vai saber e ela vai me odiar. Engraçado, eu pensava, sempre dessa forma. Eu nunca pensava assim em mim. Então ele disse: “Vamos, anda!”* (Maria, 23 anos, referindo-se ao estupro ocorrido quando completara 18 anos.)

O limpar-se pelo banho e pela água, e o desfazer-se da roupa, jogando-as no lixo, parecem ser os atos pensados como rituais capazes de purificar o estado do “corpo” e da “alma” (“por dentro”) tornados impuros e sujos depois de um abuso sexual imposto. Em não poucas culturas, a água é utilizada como elemento purificador. O batismo cristão é entendido como uma limpeza, separação dos pecados e expulsão dos maus espíritos. A água, como nos diz Eliade (1992), “purifica e regenera porque anula o passado e restaura, mesmo que, por um momento a integridade da aurora das coisas”. Rituais de reintegração muitas vezes, se fazem através de banhos. (Van Gennep, 1978). Como bem analisa Duarte Ribeiro (1995), muitos dos contos de fadas têm no banho a redenção: “muitas vezes um ser amaldiçoado ou enfeitado só pode ser redimido quando submetido a uma espécie de banho”. Na sociedade indiana, a dicotomia do “puro” e do “impuro”<sup>6</sup> que estrutura o princípio hierárquico de prestígio e dignidade, está na base da importância que a água e os banhos adquirem (Ver Dumont, 1978).

Quantas publicações das delegacias de mulheres dos mais diferentes estados brasileiros e quantas publicações dos mais diversos países, insistem em que as mulheres que sofreram abuso sexual devem se abster de tomar banho e desfazer-se das roupas. As marcas e os fluidos nos corpos, assim como nas roupas, são as provas mais contundentes. Se no campo legal, podem ser provas do ato de estupro, possibilidades de denúncia do ato criminoso masculino, esperando-se que o qualitativo do ato “hediondo” se inscreva no masculino, no campo moral, são marcas da impureza de um ato que se não se inscrevem no masculino mas no corpo feminino.

João, (mecânico, 52 anos) o agressor, segundo Maria, já lhe advertia no ato mesmo do estupro. Conta Maria: *“Aí eu comecei a reagir e tal e ele começou a me bater. Só que teve uma hora que eu tentei levantar e ele fez assim para mim: ‘Levante-se!’ E eu falei: ‘Me levantar para quê? Você vai me deixar ir embora?’ E ele: ‘Não, para você tirar a roupa. Ou você quer que eu rasgue e você vai ter que andar pela rua assim. Não quer isso, não é’?”*

A impureza do ato do estupro se inscreve no corpo e na intimidade da subjetividade. Lavando e lavando, obsessivamente e esfregando a buxa até na língua, o esforço impossível era de lavar a “alma”. A eficácia simbólica da redenção pela água, no entanto, parece ser menos poderosa que a dos contos de fadas. A maldição parece entranhar-se num corpo infiltrável, tal como no século XII, o corpo considerado poroso, era tão infiltrável que a água parecia perigosa e preferia-se a toailete seca onde o esfregar-se era mais importante. Considerava-se que a água podia infiltrar pelas sensíveis suscetíveis de todos os males. (Ver interessante trabalho de Vigarello, 1996). Maria faz o duplo ritual da purificação pela água, mas também o do esfregamento da limpeza. A

---

<sup>6</sup> Sobre a operação da dicotomia do “puro” e do “impuro”, e da articulação entre impureza e perigo, ver também Mary Douglas (1976).

suscetibilidade da pele a todos os males, parece metaforicamente em toda a sua força pela impregnação do cheiro de gasolina primeiro nas roupas e no corpo do mecânico e depois nas roupas e no corpo de Maria.

Os rituais de purificação parecem ter pouca eficácia para dissolver a marca corporal do estupro porque é marca da “alma”, isto é, da “pessoa”. Daí ser indelével. Porque é uma marca da “pessoa moral”, e, porque, no feminino, a marca moral é situada na **interioridade**, a marca é profunda e se inscreve na construção da subjetividade.

### **Entre os rituais de confirmação da virilidade e os rituais discursivos de reparação pública**

Os atos do estupro, quando considerados como se fossem atos sexuais, não marcam nem os corpos dos homens, nem suas “almas”, isto é, sua pessoas. Não marcam seus corpos, porque a sexualidade masculina é a que metaforicamente é pensada como a que penetra, a que se apodera do corpo do outro. No imaginário modelar, o lugar do masculino na relação heterossexual é pensado como se fosse impenetrável e infiltrável, porque é o que penetra. A impureza do ato jamais se reverte contra eles. Se o ato é impuro, sua marca se inscreve no corpo da mulher.

O ato de estupro, mesmo quando tem um outro olhar cúmplice, conforme os relatos dos apenados, pode ser “lido” coletivamente pelo olhar masculino, como um ato sexual. As cenas posteriores que se seguem ao estupro, parecem inseridas na cotidianidade, não buscando os seus autores, qualquer ato de expiação ou de purificação. Seus corpos e sua subjetividade não se tornam impuros. Seu “saber” que fizeram um ato de violência e imposição sexual, deve ser deslocado para um outro “saber”: o de que tais atos, como atos sexuais que são estão de acordo com o imaginário erótico cultural de que a iniciativa sexual é masculina e o feminino é o objeto sexual por excelência<sup>7</sup>.

**É preciso a instauração de um discurso designativo de reconhecimento do ato do estupro como tal e da nomeação de um indivíduo como estuprador, para que qualquer sentido de uma impureza moral se instale.** Não basta o ato da relação sexual imposta com violência. É a falência discursiva em manter unicidade da idéia de que a mulher, nada mais é do que a “**não pessoa**” face à posição de objeto em que é colocada. Quando a mulher emerge no discurso como também **pessoa relacional** é o que permite instaurar-se o estigma sobre um sujeito e revelar a caracterização do estuprador como moralmente impuro. Eis aí o paradoxo da dificuldade de se reconhecer o estupro como tal, e ao mesmo tempo a designação do estuprador como desumano, como patológico, como fora do campo do social.

O discurso que designa a “qualidade da escolha” da mulher tomada como objeto sexual, é o que pode marcar as pessoas morais masculinas. Os atos sexuais impostos são considerados inconcebíveis quando referidos às mulheres que são irmãs, filhas, esposas, mães e parentes de outros homens, pois os desonrarão, assim como visibilizarão a

<sup>7</sup> Sobre o erotismo ocidental ver especialmente Georges Bataille (1987). Para um olhar contrastivo entre as moralidades sexuais da história ocidental européia, ver Turner (ed.) (1993). Sobre o estupro entendido pelos olhares masculinos envolvidos, como a realização de um “simples ato sexual”, em que a cumplicidade de um outro olhar masculino é muitas vezes convocada, ver os resultados da pesquisa feita na França por Daniel Welzer-Lang (1988) e da pesquisa na África do Sul feita por Lloyd Vogelmann (1990).

desonra das suas mulheres. Como “pessoas morais”, os acusados como estupradores, para que possam impedir qualquer reversão da impureza contra eles, desencadeiam alguns rituais discursivos exorcizatórios.

Um dos estupradores apenados, insistia: “ nada, nem ninguém poderia saber o que ocorrera na cena do ‘ocorrido’ .” Somente, ele, o amigo e a mulher. E lá o que ocorreu foi uma relação sexual. Examinaram o seu corpo no IML, e nada havia no seu corpo que houvesse marca de estupro. Diz “Z”: *“Eu posso ter errado porque eu tive sexo sim... (...) Mas não foi assim de violência ,não. Pode fazer exame nela para ver se tem alguma lesão corporal nela. Fizeram, se tem lá é mentira. É dos médicos que inventaram. Porque é tudo polícia no IML (Instituto Médico Legal). Eu cheguei lá e só mandaram eu urinar num vidrinho, arreganhar os dentes e abrir os olhos, só. Eu não tenho marca nenhuma de violência da mulher não. Eu acho que pegaram mais no meu pé depois que ficaram sabendo que ela tava gestante de tres meses: oxente!”*

Se algum erro cometeu, entende que seu ato já está reparado, porque “ela também errou”. Ela “vagabundava a altas horas”. O exorcismo masculino, a reparação masculina é conseguir fazer **identificar o ato de estupro ao ato de uma relação sexual com uma vadia, uma prostituta**. Deslizar para uma identificação com a relação paradigmática da prostituta, aquela que sempre cede, porque sempre tem um preço, ou quase nenhum preço, quando se pensa a “baixa prostituição”, é aquela que não é proibida, aquela que é de todos. Dela não se pode dizer que houve estupro, quando se supõe que o estupro é um ato contra os costumes morais; o interdito é o relativo à mulher, a irmã, à filha, a sobrinha de um outro homem. Aquela que é colocada fora das relações de parentesco é a que pode e deve ser apoderada. O “saber” do estuprador sobre o “solo moral” predominante, também se revela, quando afirma : acho que me pegaram no pé, porque ela estava gestante. Estar gestante sempre faz aproximar o sentido de mulher ao de mãe e ao seu lugar nas relações de parentesco.

Na sua versão, diz “Z”. :*“ O ônibus tinha passado da parada dela. Aí ela pegou e deu uma entrada e falou: pera aí que eu vou urinar ali. Eu tava meio ébrio, nós tava bebendo desde cedo. Aí ela se despiu e falou que tava afim com a gente em troca de... **O homem é fraco demais**. Eu ia pedir dinheiro para ela, aí eu resolvi tomar o dinheiro dela. Mas na hora que ela falou, veio a fraqueza da gente. Tudo bem, fomos ter relação com ela.(...) Eu sei que eu errei. Errei porque mantive relação com ela. Eu não conhecia ela nem nada, e errei por ter vasculhado a bolsa dela, ela dizia que não tinha dinheiro e eu levei cinco mil cruzeiros.(...) **Eu tirei ela como uma prostituta, altas horas na rua e tirando a roupa perto da gente.**”* ( No “prontuário”, aparece com ela tendo urinado de medo.)

A fraqueza masculina não é nada mais que a disponibilidade absoluta do homem diante da atração que toda e qualquer mulher desperta, não importa que mulher. Todos os estupradores de mulheres desconhecidas , no conjunto dos apenados que estamos nos referindo relacionaram a admissão da relação sexual com a fraqueza, a bebida , a droga, ou a tentação do diabo no momento de fraqueza. A “categoria nativa” da **fraqueza masculina** aparece em todos eles. Esta percepção ambivalente de um “erro” que imediatamente é o signo de uma genérica fraqueza masculina , e assim sinal de virilidade, busca sua reparação discursiva na insistência de que se tratava de uma vadia, de uma prostituta.. É vadia porque é a que se oferece, ou a que diz não e tem medo, mas , no fundo quer.

Que rituais são estes que estou chamando de rituais discursivos de reparação? Ritual que se faz durante e depois do ato do estupro? Busca-se reparar a violência , dizendo que se tratava de um tipo particular de pessoa : a “não-pessoa por opção”, a que, por definição, seria tão somente objeto sexual. A mulher foi tomada por uma prostituta... Busca-se encobrir que a figura da mulher que é o objeto sexual por excelência, e que deve ser apenas objeto sexual, objeto morto porque não sujeito, é também pessoa. É a figura da prostituta que resolve este paradoxo : ela pode ser sujeito, dona de sua vontade, e resolver ser puro objeto sexual . A figura da prostituta resolve , no imaginário, o paradoxo. O imaginário tem tal força que acreditam nele, não só estupradores, mas muitas vezes, juri e juizes.

### **O imaginário da prostituição e a virilidade**

A figura da prostituta, na verdade, esconde um enigma mais profundo: o enigma da sexualidade construído na crença de que só os homens são “sujeitos da conquista” e do “apoderar-de do corpo do outro” e que : para os homens, todas as mulheres confundem esquivar-se com seduzir. As posições dos gêneros, no imaginário hegemônico da sexualidade ocidental, colocam de um lado, o homem como o agressivo na conquista, o viril, isto é, o “fraco”, porquanto sempre disponível. Não o fosse, sua virilidade estaria posta em dúvida. De outro lado, a mulher não agressiva, a que não pode ser ativa na conquista, a que não pode conquistar abertamente, a que inevitavelmente estará sempre confundindo o sim e o não pois sua própria forma de seduzir é dizer não. É porque o feminino, é visto como aquele que , dizendo não, diz sim, que se torna possível a figura da prostituta, como aparentemente resolvendo o paradoxo do lugar de sujeito que se torna puro objeto sexual<sup>8</sup>.

Dois estupradores de desconhecidas se distanciam do discurso da afirmação que se tratava de uma vadia: Um deles é Z. que afirma categoricamente ter esperado as mulheres no ponto de ônibus para estuprar, e ter escolhido pela facilidade do momento, aquelas que apareciam em situações onde não seria visto. Delas nada quer saber, a não ser que são mulheres. E este não querer saber é parte constituinte do ato de estupro. Bebia para poder estuprar e se sentia buscar compulsivamente fazer o ato em nome da fraqueza masculina. Para ele , no entanto, mesmo que os outros digam o contrário, as mulheres não têm culpa. O outro é B. que assaltou de madrugada uma banca de jornais e estuprou a dona da banca. No meio do ato, se arrependeu , levantou-se e saiu. Atribui seu ato à fraqueza masculina. O olhar pelo qual atribui à mulher a qualidade de “pessoa”, o faz suspender o estupro. Parece não ter podido colar o rótulo de “não pessoa” à sua vítima.

Nenhum dos dois realizam rituais discursivos posteriores de reparação. A não ser a própria escolha que já antevê o ritual de reparação: buscar mulheres desconhecidas... Discursivamente e a posteriori, presos, afirmam que violentaram pessoas. Na “construção” do ato de estupro, o constroem de acordo com o código relacional : estupram quem não conhecem como estuprassem quem pessoas não fossem , quer como

---

<sup>8</sup> Ver especialmente o lugar da figura da prostituta no imaginário do erotismo ocidental, segundo Georges Bataille (1985)



figuras de direito, quer como figuras morais (mulheres de família) mas como se apenas objetos sexuais fossem.

Estão possivelmente no limite, no fio da navalha, no limiar do reconhecimento da ruptura entre dois códigos sociais vigentes: o código dos direitos individuais que reconhece o estupro como crime contra a liberdade sexual e a imposição do ato através da “violência”, e a imersão profunda no imaginário naturalizado do código social relacional da “honra”<sup>9</sup> que coloca os interditos da sexualidade em lugares sociais e de gênero profundamente desiguais e hierárquicos. No código dos direitos individuais, a violentação é entendida como se dando contra pessoas na aceção de indivíduos com direito à integridade, independentemente de seu lugar social no parentesco e nas categorias de gênero.

Os outros apenados, que constituem a maioria, se enredam nos rituais discursivos de reparação, que nada mais são que a afirmação da identidade entre o ato mais banal de relação sexual com o objeto sexual mulher e o estupro. O que permite entrever a força da suposição de que, se não tivessem sido presos, os atos de estupro não seriam percebidos mais do que simples e banais atos de relação sexual. Não exigiriam qualquer reparação.

Os atos de estupro não contagiam nem tornam impuros os homens, porque eles não são reconhecidos como tais até que sejam tornados públicos. Sem ser públicos, são confundidos com os atos confirmativos da virilidade. Mesmo que hajam cúmplices. Ao contrário, estupros realizados em conjunto, parecem especularmente confirmar ainda com mais força, a virilidade de todos os envolvidos.

### **As tres formas de reparação moral e a inexistência da reparação frente ao outro**

A publicização dos atos de estupro é o que exige rituais de reparação. Ao olhar público, que se supõe enraizado no código relacional da honra, é que se dirigem os rituais de reparação. Para todos os entrevistados acusados de estupro, a matéria-prima da reparação é a **exterioridade** da relação do masculino com o feminino. Trata-se de caracterizar a mulher, objeto de sua relação, como um tipo de mulher para a qual nada se deve porque nada vale. A matéria-prima não é a **interioridade** do masculino, na pergunta auto-referida de porque estuprou, e, muito menos, na indagação de que interioridade é esta a da mulher que foi estuprada e de como ela poderia ser objeto de reparação. Não há nenhum ritual de reparação frente ao outro: o que foi atingido, a que foi violentada. Não há, em geral, nenhum ritual de arrependimento ou de penitência.

Até o momento falamos de uma das formas de ritual de reparação moral e exterior cuja estratégia é identificar o ato de estupro com a relação sexual típica que se tem com a “vadia”, a “prostituta”. É esta a forma comum para se falar das “vítimas desconhecidas” ou “conhecidas em ambiente não familiar”.

---

<sup>9</sup> Ver para o entendimento do código relacional da “honra” como moralidade e código de relações sociais, especialmente tal como se configura na modalidade da “honra mediterrânea”: Aragão, L. T. (1986); Machado, Lia Z. (1985); Peristiany (ed.) (1970); Kayser, Bernard (org.) (1986) e Handman, M.-Elisabeth, (1983). O código individualista está baseado na configuração do “individualismo”, termo utilizado segundo a concepção de Dumont, Louis (1966) e (1977).

Há uma outra forma de reparação masculina, também regida pelo código relacional moral e que também se situa no plano da exterioridade moral. Processa-se como ritual durante e após o ato do estupro. Pode ser tão somente um ritual discursivo, como também dar lugar ao desencadeamento de um integral e efetivo ritual de reparação. Trata-se de transformar , a relação de estupro em um *momento amoroso* , ou *passo inicial de um casamento*. Este tipo de reparação é o que mais se alega ou se invoca, quando se trata de pessoas conhecidas, inseridas na sua rede de relações pessoais, excetuando-se os casos onde se possa acusar que se trata de relações incestuosas. Nestes últimos casos, há uma terceira forma de reparação.

João, o agressor de Maria, ensaia uma dupla reparação : designa-a como “sua prostituta” e “sua possível mulher”. Oscila entre uma e outra. Diz ele: *“Vamos conversar aqui um pouquinho! Vamos brincar um pouco. Você sabe do que estou falando.(...) Olha, tem todo esse tempo que vocês moram em Brasília, que eu quero você. Eu só tava deixando você crescer mais um pouquinho”*. (João conhecia a mãe de Maria e as irmãs de Maria desde que Maria tinha sete anos, quando a mãe veio, com as filhas, do Nordeste para Brasília.) *“Você acha que eu tô brincando, sua ordinária... você também quer. Eu sei que você quer. (...) Eu tava afim há muito tempo. Você acha que não quer” (...)* *Você acha que você vai casar com aquele boiolo?”* (Referia-se ao jovem namorado de Maria na época.) *“Não vai não! Você vai ficar comigo. A não ser que ele lhe queira do jeito que eu vou te deixar. Você acha que eu esperei tanto tempo para ficar com você e agora eu vou te perder por nada? Te perder para aquele bronco! (porque ele trabalhava na roça e tal) (...) Cala a boca! (...) Você quer ser santa? Você não é santa não! É uma ordinária igual às outras. Você é uma prostituta igual às outras. Você pensa que a sua religião lhe tira de ser uma prostituta? Não tira não! Tá vendo, você agora vai ser a minha prostituta.”*

Meses mais tarde, com a barriga grávida aparecendo, a mãe de Maria faz um “acareamento” entre a versão de João e de Maria.

Conta-nos Maria: *“Minha mãe falou assim: ‘Vai sim, vai mesmo! Ande logo. Vamos, vamos, vamos!’. Aí me lembro que a gente foi lá (na casa/oficina dele). Ele falou: ‘Quer dizer que você foi falar para a sua mãe que eu peguei sem a sua permissão. Mas você é muito descarada.. Você não falou pra sua mãe que já era há muito tempo, não? Se for por causa da criança, eu assumo, a gente casa. Você vem pra cá, vem morar comigo e a gente casa, eu assumo você e assumo a criança. Você sabe que eu sempre quiz isso, te assumir’.”*

João era conhecido da família, desde quando a família chegara a Brasília, há onze anos antes do ocorrido. Vivia sozinho, há cerca de dez minutos a pé, de onde morava a mãe de Maria. Relata Maria, que era a ele, a quem sempre recorriam quando precisavam dinheiro emprestado, um carro para se locomoverem , um conserto de algo que se quebrara. Em troca, a mãe ou ela lavavam as suas roupas, eventualmente arrumavam a casa e passavam por lá para ver se ele precisava de alguma coisa. Faziam café. Ele mais raramente ia à casa da família de Maria.

## O roubo da flor

Façamos uma viagem no tempo. Na época colonial brasileira, para a cultura portuguesa da época: *“as espécies que contêm o gênero luxúria são sete; que são:*

*simples fornicção, estupro, rapto, adultério, incesto, sacrilégio e contra a natureza*”. Rapto e estupro se diferenciavam porque rapto significava *forçar a relação* e estupro, toda a *fornicação com virgem*. Mas havia também, e muito falado o *estupro com resistência da virgem*. O rapto se entendia quase sempre no sentido do roubo de uma mulher de um grupo por outro com vistas ao casamento. O rapto implica na previsibilidade de uma forma de restituição: uma posição social era roubada, mas se oferecia outra posição. A figura do “rapto das Sabinas” é o que tipifica esta noção<sup>10</sup>. O estupro também era entendido como “o ‘roubo’ do patrimônio de outrem, proprietário da ‘flor’ (virgindade). Se fossem o estuprador e a estuprada, do mesmo nível social, ele ‘pagava’, casando-se. Se fossem de nível diferente, era estipulado um montante da restituição devida, de forma a que ela se “casasse como se virgem fora”<sup>11</sup>. Segundo Corella<sup>12</sup>, “*se ela, estando com sua honra havia de achar casamento competente com 300 cruzados de dote, por estar deflorada, necessita de 500 cruzados*”. Se a virgem, no entanto, não resistir, ela peca igualmente. E *se a virgem houvesse consentido e até ‘folgado’, o estuprador não precisava pagar*.

Nessa época, se o estupro era um “pecado” que concernia tanto a Igreja quanto a legislação civil (que estavam bastante entranhadas), o casamento ou a restituição monetária eram as formas de “reparação”. Estamos longe dessa cultura, se pensamos a noção de restituição monetária e a idéia estrita que o estupro só se dá contra as virgens. A cultura dos direitos individuais, considera hoje crime hediondo contra a pessoa o que antes era pecado e passível de restauração monetária.

Estamos, no entanto, muito próximos, se pensamos o princípio da “restauração moral” pelo casamento e o princípio de que o estupro implica em um roubo de “status moral”. Nos nossos costumes, na nossa legislação, e nos procedimentos judiciais, o estupro continua sendo a borragem entre o sentido de um crime contra a pessoa e de um crime contra os costumes, isto é, uma transgressão de um código de moralidade interpessoal baseada na “honra”<sup>13</sup>.

Se se trata de mulheres casáveis, quer pelo critério do status social, quer pelo status moral, uma restauração possível é o casamento. Deste ângulo de visão, a instauração do discurso que a mulher em questão era uma vadia ou uma prostituta, é dizer

<sup>10</sup> Para as configurações do estupro na mitologia grega, ver Froma Zeitlin (1992)

<sup>11</sup> Ver especialmente Ângela Mendes de Almeida (1993), à qual farei as principais referências neste texto. Ver também Ronaldo Vainfas (1997) que pensa as “moralidades brasileiras” articulando a cultura portugues na colônia com a situação escravista.

<sup>12</sup> Jayme de Corella, *Prática do Confessionario, e Explicação das Proposições Condemnadas, sua Forma,, sua Materia, hum Dialogo entre o Confessor e Penitente*. Traduzida em Português pelo Padre Domingos Rodrigues Faya. Lisboa, na Officina de Miguel Lopes Ferreira, 1773, apud Almeida (1993).

<sup>13</sup> A bolsista de iniciação científica do NEPeM, Juliana Capra Maia, estudante de sociologia, inicia pesquisa sobre os resultados de recursos jurídicos quanto ao crime de estupro. Duas sentenças de juizes, em 1998, em particular revelam que a fala da “moça virgem” (deflorada no ato de estupro) merece credibilidade para a acusação de estupro, enquanto a fala de uma “mulher que estava bêbada”, não merece credibilidade, permanecendo a consideração que os acusados continuem livres da acusação. Apesar da consideração legal que o estupro é hediondo, porque contra a pessoa, continua vigente, no meio judiciário, a idéia moral de que estupro é o que se faz contra as mulheres honradas, exemplarmente, as “moças virgens”, e não contra as mulheres que não podem comprovar sua honra. Para uma análise comparativa entre diferentes legislações e diferentes procedimentos dos sistemas de justiça, ver Jennifer Temkin (1992). Para o caso brasileiro ver Ardaillon, D. e Derbret, Guita (1987). Para a comparação dos países latino-americanos, ver Ana Maria Brasileiro (org.) (1995).

que a ela, ele nada deve : como ela não tem status moral, isto é, “não é de família”, ele nada “roubou”, portanto, nada deve. **Os “rituais discursivos de reparação” masculinos continuam regidos pelo código da moralidade relacional da honra.** Não há nenhuma reparação imaginada em relação à subjetividade individual.

Denunciado pela família da namorada (estudante, 15 anos) , e a denúncia enquadrada como “sedução de menor”, o motorista de ônibus, 34 anos, tido como agressor sexual da virgindade de sua namorada, hesita entre a idéia do respeito que deve à namorada, em nome do qual afirma não ter tido relações: a menina apenas dormira fora na casa de uma amiga; a idéia de que o “*hímene não é nada mais do que uma pele*” e, que, portanto, se desvirginasse a namorada, não provocaria efeitos morais, e a idéia dos efeitos morais da perda de virgindade quando se refere à sua irmã.. As considerações do acusado são muito elucidativas das visões radicalmente distintas, provindas do mesmo código relacional da honra, conforme a posição de ego, confrontadas as duas com a simultânea vigência do código individualista. Na suas palavras: “*Ela quer ter mais liberdade e eles (os pais) não dão liberdade para ela.(...) Passou dois dias fora de casa sem autorização dos pais, na casa de uma das amigas dela (...) Se tiver que casar com ela, eu não vou fazer nada demais. Eu não pretendo prejudicar ela em nada, muito menos transar com ela. Porque aí eu vou estar prejudicando ela.(...) O que tem de mocinha nova por aí que não é mais moça. Tem muitas, muitas. Minha irmã se perdeu com treze anos.*”

A denúncia parece produzir uma dupla indagação: a família quer denunciá-lo ou quer que ele se case... E quanto a ele, considera a namorada casável, e, portanto, deve-se casar, ou é apenas uma namoradinha qualquer... Parece oscilar entre dois rituais de reparação , tal como João, o agressor de Maria...

### **Entre o incesto classificatório e o controle das mulheres.**

Uma terceira forma de reparação é a dos casos de estupro , que se fazem no interior de relações que são consideradas incestuosas. Uma das pesquisadoras acompanhava os policiais que vão a uma casa verificar a denúncia de estupro de uma menor, pelo padrasto. A mãe calada, nada fala. Vizinhas insistem que ela fale, porque ela “sofre tanto nas mãos do marido que lhe bate” . Deve falar, ainda mais com o caso da filha... Os policiais, diante do impasse, resolvem levar todos juntos para a delegacia : o padrasto, a mulher e a enteada. O padrasto vai. Não nega nem afirma ter tido ou não relações sexuais com a enteada. Diante da acusação, simplesmente diz , referindo-se à enteada: “*para ela eu tudo dou, dela eu tenho o controle*”.

Os rituais de reparação do agressor incestuoso parecem ser o de entender que a relação sexual com a filha social é a extensão dos seus direitos de pai ou padrasto (provedor) e o papel das filhas é a extensão dos deveres do papel da mãe enquanto mulher do pai . Em nome do código relacional, embora em nítida transgressão a ele, as relações de parentesco são remanejadas como relações de aliança, e em nome do código individual, são remanejadas como jogos sexuais normais de livre consentimento, como se houvessem aí relações amorosas<sup>14</sup> . Geralmente, no interior de relações incestuosas, os rituais discursivos de reparação, combinam, ou escolhem entre o discurso feito em nome

<sup>14</sup> Ver o artigo de Lourdes Bandeira e Tânia Almeida (1998), neste livro: “*Pai e Avô: O caso de estupro incestuoso do Pastor no D.F.*”

do “controle” e do “poder” que os homens têm sobre as mulheres de suas relações de parentesco, e a transformação simbólica destas relações de parentesco em relações imaginariamente afins, que podem ser tanto confundidas com relações amorosas, quanto com relações de deveres.

Hoje, quase não há visibilidade do incesto no código penal. Ele só aparece se puder ser considerado estupro, ou seja, o abuso sexual incestuoso é subsumido à idéia de estupro<sup>15</sup>. A presunção de que os menores de 14 anos foram abusados sexualmente, diante de uma denúncia e comprovação da relação sexual, pode também favorecer o englobamento do abuso sexual incestuoso pela categoria do estupro. Em contrapartida, a alegação de que possa haver *mentira* por parte dos abusados sexualmente no âmbito familiar, é muito recorrente. Pode-se presumir que muitos casos de estupro ou de tentativas de estupro, sejam assim arquivados.

O incesto se tornou o “inimaginável” do estupro. O estupro cometido contra uma “mulher, moça ou menina de família” que é, “pessoa moral” da própria família de ego... O incesto, na cultura portuguesa da época colonial era um dos pecados de luxúria, que se devia confessar, mas menos do que pecado, era matéria-prima da Igreja de regulamentação dos casamentos. Não era um pecado que causasse horror. Não havia hierarquização de relações incestuosas mais e menos proibidas, mais e menos pecaminosas. “*O parentesco carnal dividia-se em duas categorias: o consanguíneo, correspondente ao sentido de hoje; e o carnal por afinidade, pelo qual tornavam-se parentes duas pessoas que houvessem tido cópula, dentro ou fora do casamento, ele dos ascendentes, descendentes e colaterais dela, e vice-versa*” (Almeida, 1993). Os incestos eram “todos de uma mesma espécie”. E todas eram passíveis de interpretação. E as interpretações eram mais da ordem dos interesses patrimoniais e do controle da Igreja, do que uma leitura moral.

É só mais tarde com a configuração da sensibilidade do “sentimento de família”, do “sentimento de maternidade”, do “sentimento de casa” e do “sentimento de criança” dos séculos XVIII e XIX<sup>16</sup>, que o incesto entre as pessoas familiares mais próximas e que moram na mesma casa se torna uma proibição cada vez mais pecaminosa, e se associa à idéia de estupro, o estupro mais “inimaginável”..., porque feito contra o seu próprio grupo de parentesco. Para se tornar mais pecaminoso, e crime, foi preciso o desenvolvimento da idéia de uma generalização do individualismo. Se não, até então, o incesto era proibido mais do que pela moralidade, pelas regras da aliança. Pode-se supor que o código do relacionamento interpessoal, tanto interdita as relações incestuosas no próprio grupo, quanto o estimulasse pela idéia de controle masculino face a seus grupos de mulheres de parentesco. Muitas relações incestuosas podem ter sido realizadas, desde que não publicizadas e não transformadas em casamento, quando a interpretação da Igreja fosse contrária.

Se essa hipótese faz sentido, pode-se pensar sobre o alto grau de relativa “naturalização” do exercício de relações incestuosas do ponto de vista masculino de quem as pratica, *como se fossem legítimas porque em relação a pessoas sob o seu controle*. Do ponto de vista contemporâneo do “sentimento de família e de casa” que

<sup>15</sup> Ver a interessante dissertação de Mestrado em Antropologia Social na UnB de Alex da Silveira (1996) sobre a organização brasileira **Sobreviventes de Incesto Anônimos (SIA)**.

<sup>16</sup> Ver ARIÉS, Philippe (1981) \_ História Social da Criança e da Família \_ Rio: Zahar Ed.

parece impregnar mais as posições e os olhares das mulheres e mães e as posições de filhos (que a dos pais, que, diante do seu grupo parental, continuam mais impregnados pela idéia de paternidade como controle das pessoas como patrimônio), o estupro incestuoso passa a ser visto como as relações de estupro moralmente mais horrorizantes.

Em nome do código individualista de direitos, concebe-se que, a relação imposta à mulher, companheira, esposa, sem o seu consentimento, com maior ou menor grau de violência ou ameaça, é estupro. A idéia de estupro contra a própria mulher é a menos reconhecida como tal pelo código relacional da honra. A relação sexual no interior da conjugalidade é aí vista como débito contratual, como dever moral. Um dos apenados, por estupro de desconhecida, “C”, é categórico : estupro contra a própria mulher não existe. Entre marido e mulher, *“forçar, nesse caso, não é estupro. O marido pode até forçar no início, mas no final das contas, a mulher acaba cedendo.”*

Das histórias relatadas pelas mulheres que vão à Delegacia denunciar lesões corporais, duas mulheres contam que a relação sexual forçada, muitas vezes, antecede ou é a seqüência das lesões corporais. Outro apenado por ter violentado a esposa , “V”, em espaço público, como se seu marido não fosse, declara seu espanto, porque o ocorrido se deu na sua própria família. Para ele, seu ato é disciplinar: reinstaurar a ordem hierárquica masculina. O sentido que invoca é a ação de punição da mulher. Continuava a trabalhar, mesmo sendo ele contrário, e dele se separara, estando vivendo na casa da família dela. Os rituais discursivos de reparação invocados são os de controle e domínio, os mesmos que se invoca para o exercício das relações incestuosas, acrescidos do da disciplinarização.

**As relações de estupro de mulheres desconhecidas são modelares no desenho do horror ao estupro pela associação do sexo forçado com o alto grau de violência física . As relações de estupro com os familiares são modelares no horror ao estupro pela extrema proximidade entre a transgressão e o interdito: faz entranhar-se o sexo com o proibido, o sagrado e o silêncio.** São as relações entre os familiares sobre as quais recaí com mais força o “interdito social” que as torna sagradas . Modelares no imaginário por associarem o estupro ao horror, por outro lado, se desvanecem, se dissolvem no ar, como não estupro, como simples relações sexuais com vadias e prostitutas, de um lado, e como simples relações sexuais exercidas por quem “de direito”, por quem tem controle, domínio, e por quem, como provedor, pode exigir o *pagamento do débito* das mulheres de seu grupo.

Depois de ter feito essa incursão nos momentos posteriores ao estupro, contrastando os rituais femininos íntimos e privados de purificação com os rituais masculinos de reparação pública , passemos à análise das verbalizações sobre as cenas do momento do estupro por agredidas e acusados de agressão.

### *As Cenas do Estupro visitadas e revisitadas pelo olhar feminino*

O primeiro relato de Maria sublinha o inesperado da violência e do ataque sexual. Ela é a vítima que tenta se defender e é subjugada integralmente.

A mãe de Maria preparava-se para mudar de casa e pede à filha que, depois do serviço (Maria trabalhava em um restaurante) e antes de ir estudar, que passasse na casa de João e pedisse dinheiro emprestado. Iria gastar todo o dinheiro que tinha para deixar pagas as contas de luz e do aluguel. E não tinha como pagar um rapaz a quem devia um dinheiro da compra de panelas.

Vou apenas nomear os principais passos do primeiro relato, deixando, para o segundo momento, a interpretação, já que , será no contraste com as posteriores reconsiderações de Maria sobre o ato de estupro, que o duplo sentido que permeia todo o relato ganha sentido.

### **A violência e o inesperado do ataque.**

Nas palavras de Maria; *“Tratava ele como um tio, um parente mais próximo. Estava terminando um conserto de carro. Esperei. Entrei e fiz o café. Eu sentei. Na casa dele não tinha banco, não tinha nada. Era como se fosse esse espaço aqui, uma cama de casal e um armário onde ele guardava papéis e algumas roupas. Muitas ferramentas pelo chão, de tudo que era tipo. Uma casa muito, sabe assim, muito rústica mesmo. Então, tudo bem. Sentei pra folhear umas revistas “Quatro Rodas”, que todo mecânico gosta. Na época, acho que ele tava com seus cinquenta e poucos anos. (...) Eu tinha acabado de fazer 18. Isso foi em junho, dia 5 de junho e eu fiz aniversário dia 4 de junho.”*

### **A espera**

*Ele chegou (ela estava esperando enquanto ele terminava um conserto de carro) e falou: “Olha...(ele não me chama, ele nunca soube meu nome, sabe. Ele não era ligado, era muito desligado. Ele me chamava como todo mundo me chamava na época, o meu apelido. Eu vou ali trocar o dinheiro, trocar o cheque. Eu vou lá no mercado, o moço lá vai e troca prá mim. Eu vou comprar umas coisas prá poder te dar o que sua mãe quer”. E eu falei: “Não, tudo bem. Mas você anda rápido, porque eu tenho prova. Tô indo prá aula e eu tenho prova”. E ele: “Não, eu tô indo bem rápido”.*

*“Eu sei que ele saiu e eu continuei sentada na cama. Continuei folheando as revistas. Aí eu ouvi uma pessoa chegando, um barulho. Eu ouvi barulho daquele macaco que tem dos grandes nas oficinas. Ah, falei, deve de estar guardando o macaco, pensei comigo. Mas, não era. Ele estava fechando a porta, entende. E naqueles dias, eu conhecia as pessoas onde ele tinha oficina. Tanto a pessoa da esquerda, da direita e do fundo eram todas parentes. E a casa onde ele morava ficava prá pista. Estavam todas em viagem, estavam de férias e viajaram. Parece que houve um problema com a família e tava nas férias. Tava tudo deserto o lugar, só tinha pessoa lá no outro extremo, mais prá frente. Aí eu ouvi aquele barulho e tal de correntes e não me liguei com nada, continuei folheando. Aí ele sentou perto de mim e eu falei: “Pronto, você já coisou”... Fui e peguei a minha bolsa... “Eu tô com pressa, eu tenho prova. Antes da primeira aula eu vou ter que dar uma estudada, que eu não estudei nada”.*

### **O convite**

*E ele falou: “Mas você tá com pressa por que?”. E colocou a mão na minha perna.*

*Ele nunca tinha agido dessa forma comigo, eu achei estranho. Aí eu também fiquei na minha e não falei nada. Aí eu falei: “Tá bom”. Ele me deu o dinheiro, eu guardei na bolsa e falei prá ele: “Então a minha mãe vai acertar com você”. E me levantei.*

*Quando eu me levantei ele falou: “Você vai prá onde?” Eu: “Ué, vou prá escola!”.*

*Ele falou: “Não, vamos conversar aqui um pouquinho!”. Não : “Vamos brincar um pouco”. Eu: “Ué, mas brincar, eu não tenho tempo prá brincar, eu tenho que estudar”.*

### **O aprisionamento e o “saber do que se fala”**

***Ele:** “Não, você sabe do que eu tô falando”. Eu: “Não, não sei”.Ele: “Senta aí!” Eu falei: “Não, não vou sentar”. Aí eu fui prá porta e ele falou: “Ah, problema seu, a chave tá comigo”. E balançou a chave assim na mão. Aí eu tentei abrir, mas como é que eu ia abrir, tava de cadeado e tudo.Ele falou: “Não tem jeito não, tá fechado!”.*

*Aí eu falei: “Para de brincadeira que eu quero ir embora. O que que tá acontecendo?”Ele: “Não, você não vai embora não. É que eu tenho uma coisa pra te dizer”. Eu: “Então fala e me deixa ir embora. Não precisa fechar a porta pra me dizer nada”. Ele falou assim: “Olha, tem esse tempo todo que vocês moram em Brasília que eu quero você.Eu só tava deixando você crescer mais um pouquinho”.*

*Aí eu falei assim: “Para de brincadeira”. Ele falou: “Não, não é brincadeira não. Eu tô falando sério”. Eu falei: “Eu vou gritar!”. Ele falou: “Pode gritar, todo mundo tá viajando mesmo. Você sabe. Ninguém vai te ouvir. Raramente passam pessoas por aqui nesse horário”. Eu falei: “É, mas de repente”. E comecei a gritar: “Por favor, abre aqui, socorre e tal”. E pleno silêncio.*

***Ele:** “Tá vendo, não adianta não. E você já tá me aborrecendo”. Eu falei assim: “Tá, você quer conversar comigo, então vamos conversar, vamos sentar, vamos conversar”. A gente tem que manter a calma, né. “Então vamos conversar”.Ele falou assim: “Ah, mas você sabe que conversa eu quero ter com você!”. Eu tava de saia e ele começou a por a mão nas minhas pernas. E eu: “Por favor, para com isso! Você é como se fosse um parente. Para com essas coisas. Não tô gostando desses seus modos. Não é brincadeira!”Ele: “Não, eu tô falando sério”.*



## O ato, o peso e a defesa anulada

*“Então ele começou a se deitar por cima de mim. E mecânico, ele é daqueles mecânicos, ele é forte! Tem muito tempo que eu não vejo. Forte assim. E eu não tinha força, era bem magrinha na época. E eu peguei o meu joelho, ele deixou assim livre, né. Aí eu falei, o único jeito que eu posso fazer é me defender enquanto eu puder. sei lá, pegar alguma coisa, ameaçar ele. Só que eu não vi, ele tava com uma chave de fenda na mão. Então eu tentei dar um, como é que se diz, dar um chute bem nos testículos dele. Quando eu tentei ele ficou louco, porque eu tava sem ação nas pernas, desesperada. Eu comecei a ficar desesperada. Ele pegou, me bateu, me deu um tapa no rosto, me deu um soco assim no olho. Fiquei muito tempo com o olho roxo”.*

## O masculino erotizado pelo medo feminino, o não que é sim...; o medo feminino que desfalece, o sexo imposto que é morte, o não que é não...

*Ele falou prá mim: “Você acha que eu tô brincando, sua ordinária? Você também quer. Eu sei que você quer!” Eu falei: “Me larga, pelo amor de Deus! Vamos conversar. Para com isso. Como é que você vai fazer uma coisa dessas, você me conhece há tanto tempo, conhece minha mãe. Que isso!” Ele: “Que nada, eu sei que você quer. Eu tava a fim há muito tempo. Você acha que não quer.” (...) Eu comecei a espernear. Ele falou: ‘Você para ou eu vou te matar. **Você prefere perder sua virgindade ou perder a vida?**’ (...) Você vai ser a minha prostituta...Foi nessa hora que eu empurrei . Ele caiu por cima do armário. Quando ele me pegou , ele me jogou.Eu caí de costas, de ponta na quina. Eu não desmaiei. Eu não apaguei de vez. Eu tentava me mexer, mas não dava conta. Talvez até o próprio medo que eu tinha de acordar e me ver na propria situação. Na hora que eu senti a dor dele me penetrando, eu apaguei, eu desmaiei.”*

O primeiro relato de Maria se ordena pelo eixo do inesperado da violência e da descrição de uma cena onde ela é a vítima. Não desconfia, no momento da espera, e, desconfia, sem querer acreditar , nas cenas do convite e do aprisionamento. O segundo relato não é um recontar das cenas, mas é um contar das dúvidas que se instauram sobre o seu agir durante as cenas.

A “espera”, o “convite”, a insinuação do “saber do que se fala”, a “violência do ato”, o “peso do corpo” sobre o seu que já tira grande parte da defesa<sup>17</sup>, a “defesa”, e a “subjugação da defesa” estão inscritas, neste primeiro relato, sob o eixo ordenador de sentido de que ela é “vítima” de um ato imposto por uma outra vontade que não é a sua, e que contrariou totalmente a sua vontade. O que o agressor faz com a agredida, é fazê-la escolher entre a vida e a relação sexual imposta. Se, do ponto de vista da vítima, quase sempre, ao menos na contemporaneidade , há uma preferência pela vida; do ponto de vista da moralidade e da jurisprudência vigente, exigem-se sinais de defesa da vítima, que muitas vezes significam risco de vida. A exemplaridade do entendimento religioso católico é a santificação das mulheres que morreram para não perder a honra ou a virgindade, como a figura de Santa Maria Goretti.

<sup>17</sup> Vogelmann (1990) enfatiza o quanto sua pesquisa revela que a imposição do próprio peso do corpo sobre a mulher que se quer tomar sexualmente sem seu consentimento, já é uma forma de utilizar a força e neutralizar a defesa.

## O pesadelo da sedução

O segundo relato se inscreve num eixo ordenador onde Maria se indaga se não teve culpa do que aconteceu. Seu discurso se insere num tom culpabilizante. Contudo, distingue três tempos: o tempo em que se sentiu subjugada, impotente, semi-morta e vítima. O segundo em que se sentiu culpada, a tal ponto que pede a sua saída da Igreja que freqüentava, e o terceiro, em que busca a integração, aceitando seus sentimentos de culpabilização e seus sentimentos de repulsa ao que aconteceu, mas não os confundindo com a ação proposta e imposta por João.

*“Então eu me senti mal com a igreja. Eu pedi pra sair do corpo de membros da igreja. Porque, como eu te disse da vez passada, na minha cabeça, eu achava que **eu tinha de alguma forma incentivado ele, então eu me culpava** pelo que tinha acontecido. Eu me culpava porque eu tinha ido lá naquela hora, mas eu tinha ido lá tipo nesse horário que não era tão tarde, seis e meia da tarde, tava claro, né? Porque eu tinha me sentado na cama dele, mas aí, eu não questionava como hoje. Hoje eu já penso, na casa dele não tinha outro lugar pra sentar. Eu ia ficar em pé pra esperar? Porque eu não reagi melhor, porque eu não tentei me defender, porque eu não gritei mais, porque eu não bati nele, porque eu não o matei. Então tudo na minha cabeça ia... Porque eu deixei ele me possuir. Apesar de eu não estar na minha consciência..., porque eu desmaiei, não? Eu desmaiei mas continuava vendo o que estava acontecendo, achei que eu poderia ter reagido de forma diferente. Então isso me fazia me sentir culpada perante os irmãos. Estar lá no meio deles... E na época eu fiquei tão maluca porque eu me sentia uma **impura, diferente de todo mundo, como se eu estivesse suja**. Como eu te falei, o cheiro daquele homem ficou impregnado em mim por muito tempo, muito tempo mesmo. Aquele cheiro, quando eu passava perto de uma oficina ou quando um carro passava, eu passava a quilômetros. Porque o cheiro me incomodava, e ainda me incomoda. Hoje eu já coloquei na minha mente que nem todo o mecânico é igual, nem em toda oficina acontece a mesma coisa, que nem todo mundo vai me ameaçar da mesma forma. Então eu tenho que continuar vivendo, porque se eu for viver em prol disso, de tudo o que aconteceu antes, eu vou morrer, não? Eu não vou fazer da minha vida nada, e eu não posso fazer isso...*

Sentar-se na cama, fazer um café, deitar-se para folhear a revista, aceitar o convite de esperar um pouco mais, “para quê tanta pressa”, ir quase à noite na casa do mecânico que mora sozinho, parecem aos seus olhos, ações carregadas de um forte sentido de sedução. Seu termo não é sedução, mas o sentido é: ela fala em “ tê-lo incentivado”.

## Entre a sedução e o abuso sexual.

Será o discurso da “sedução” compatível com o discurso do “trauma” ? Em geral os estudos das relações incestuosas, tendem a repetir a dicotomia aparente da passagem da teoria do abuso sexual para o da fantasia da sedução, na história do pensamento freudiano.

Na constituição da psicanálise, Freud<sup>18</sup>, para explicar a produção dos sintomas da neurose histérica substituiu sua primeira teoria do trauma da ocorrência um abuso sexual exterior. Constrói a teoria da construção de uma fantasia da sedução, que é resultado de um “abuso sexual imaginário” que é fundante do sujeito e de sua realidade psíquica. Este trauma imaginário fundante, se introduz pelo desejo da mãe que pede algo ao bebê, e que ele não entende o quê. O momento posterior ressignifica, e fará com que seja sentido como violento e da ordem do sexual, pois o desejo da mãe implica um desejo pelo falo.

Estudiosos sobre o “abuso sexual” dividem-se entre os que insistem na afirmativa de que as relações incestuosas não são relações de estupro, e outros estudiosos que insistem no seu caráter de relações de estupro, porque violentas e desiguais. É uma falsa dicotomia, no meu entender. As fantasias de sedução podem, e geralmente estão presentes nas meninas e nas mulheres às quais foram impostas relações sexuais, sejam incestuosas ou não, com alto ou menor grau de violência física infligida. O material psíquico da fantasia é parte fundante da constituição das subjetividades desejanças. A realidade psíquica fornece a possibilidade da construção mitológica (o que é a fantasia), a qual não precisa estar na dependência da realidade material. No material psíquico, o limite entre o que é o desejo do outro (do pai, por exemplo) e o do sujeito (o qual só pode existir a partir da vigência do Outro) se confunde.

Tenha ou não Maria se mostrado sedutora para João, sendo que o seu jogo sedutor parece ser o da filha que se quer ver aos olhos do pai como uma mulher desejável, muito mais do que seduzir para ter para si o pai, há uma longa distância entre a sedução que só se quer como sedução e a vontade efetiva da relação. É o personagem João, quem parece ser o que vinha há longo tempo seduzindo, para além do jogo da sedução, objetivando uma relação sexual, à espreita de uma oportunidade. Será, por sua vez, uma lógica social simbólica que é solo cultural onde se move essa díade, o lugar da fundação da construção mitológica social que aloca o masculino e o feminino em lugares distintos no jogo da sedução e da conquista.

A segunda pergunta que se faz, ao se pensar os investimentos subjetivos, no tocante ao abuso sexual, em termos do discurso psicanalítico, é se perguntar sobre como um trauma da realidade material produz efeitos no material psíquico, dependendo de como toca o trauma fundante<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Ver Freud, Sigmund (1976)\_ Edição Standard Brasileira das **Obras Completas Psicológicas de Sigmund Freud** \_ Rio: Imago Ed..Ver especialmente volume 7. Ver ainda LACAN, Jacques (1980) e (1985). Quero agradecer as conversas extremamente frutíferas com a psicanalista Maria Ida Fontenelle.

<sup>19</sup> A psicanalista e antropóloga Lucia Mees (1997) faz interessante trabalho sobre o debate entre a idéia de abuso sexual e o da “sedução”. O abuso sexual nem sempre toca o “trauma fundante”. Analisa um caso de abuso sexual pelo pai sobre uma jovem. O pai abusa sexualmente da filha, sempre bêbado e alegando que ela não realizou bem as tarefas domésticas, em substituição da mãe que se separou. Entende que o “pai simbólico” se fixa para ela na figura do pai sóbrio e cuidadoso com os filhos, e que a figura do pai bêbado, que dela abusa sexualmente, não incide sobre a “fantasia da sedução”, pois sempre tem lugar, quando ele pretende castigá-la e não sob a forma de tentar induzi-la a dizer que também quer o ato sexual. Embora, no meu entender, ela tenha sido capaz de distinguir com precisão o abuso sexual da “fantasia de sedução”, ela termina dizendo preferir o uso de “relação incestuosa” a de “abuso sexual”. Trata-se de uma falsa dicotomia, pois se está diante de um “incesto abusivo”. Uma das entrevistadas por Simone Garcia, ainda que perceba o ato do estupro por um desconhecido como “vergonhoso” e “nojento”, e que nos conte do estupro como se fôra uma conquista ousada, estabelece a sua “sedução” como forma de “negociação”. Deixa que ele pense que é virgem, porque ele assim dá mais valor, e, com isso, acredita ter saído viva. (Ver

*“Eu fiquei com medo das pessoas, e quando eu olhava assim pra trás, parecia que todo mundo tava olhando pra mim. Sabe, parecia cena de novela, sabe quando você está tendo um pesadelo e você vê aquelas pessoas ali em cima de você, te perseguindo e você acorda? Pra mim as pessoas sempre ficavam em cima de mim: **“Você errou! Você não podia ter feito isso, porque você não se defendeu!”** É isso que eu pensava! Eu olhava pra trás e quando alguém sorria pra mim eu já pensava, o irmão tá rindo de mim! Porque eu fiquei três meses sem contar pra ninguém. Eu pensava, “Ele tá sabendo o que está acontecendo”. Então eu pensava assim, eu tenho que falar, mas eu não tenho coragem de falar. Às vezes eu chegava perto de uma pessoa e me dava vontade de gritar: “Olha, aconteceu isso comigo! (...) E não saiam as palavras, como se eu tivesse algum bloqueio, e eu não conseguia falar sobre aquilo, porque aquilo me machucava, aquilo me doía. Toda vez que eu falava era como se aquela cena tivesse se repetindo, e aquilo me incomodava. Você não quer sofrer a mesma coisas por duas vezes, não?”*

O “não ter se defendido como deveria”, é uma expressão que remete a um difícil sentimento de impotência. Aparece aqui como culpabilizante, porque associado à dúvida já instaurada: “será que não me defendi porque afinal, eu incentivei”...? A forma deste estupro, deste abuso sexual, parece ter tocado fundo no que se chama , em psicanálise, de trauma fundante imaginário. O estupro, neste segundo relato de Maria, parece ter se encaixado e se confundido com a sua fantasia de sedução primária. Pode-se supor que muitos dos elementos da relação de Maria com João , se pudessem passar ,como de filha para pai: o pai a que se pode recorrer porque é provedor; deixando, no entanto, sempre, e mais ainda que se fora o pai, a brecha para um duplo jogo de sedução. Só que ele parece saber o que quer da sedução, e ela, parece estar empenhada apenas no jogo da sedução de se ver reconhecida como uma mulher desejável.

Os efeitos deste “casamento” entre sua fantasia de sedução e o estupro, custam a Maria, cinco anos, onde engorda continuamente, o silêncio, a vergonha e a “perda da alegria de viver”, da “vontade de crescer”. Duas outras entrevistada na DEAM/D..F<sup>20</sup>, também se queixam do silêncio (como se fosse um bloqueio), da vergonha, e de terem , de alguma forma, “ficado feias”. Segundo Maria: *“O que mais me doía era eu pensar que eu tive tanta oportunidade... Que eu namorava, como toda a mocinha namorava! Tinha os meus sonhos de casar e tudo... Eu tive tanto empenho pra isso, e de repente, qualquer pessoa vir e tomar tudo isso! De uma forma tão brusca, tão estranha! E aquilo me doía muito, muito mesmo! (...) **Tomar sem te pedir e ainda ter a capacidade de bater, fazer aquele negócio todo e te fazer sentir tão pequena, tão miúda, tão deplorável...**”*

---

Relatório de 1997). Há, portanto, que se diferenciar, o abuso sexual por parte do agressor e níveis diferentes de fantasia da sedução por parte das agredidas. Não há porque escolher entre uma teoria do abuso e outra da sedução. Não há porque dizer que, ao se defrontar com a fantasia da sedução, esteja descartado o abuso sexual . Os dois podem estar presentes.

<sup>20</sup> Estou aqui me referindo as duas entrevistadas por Thania Arruda.

## O fantasma da prostituição

O discurso culpabilizante de Maria, a coloca ainda em terreno mais perigoso, do que se sentir culpada por incentivar... Maria teme ser confundida e se confundir com uma prostituta<sup>21</sup>. Cinco anos sonhou que “aceitou o dinheiro dele pela relação sexual”. Depois de cinco anos, ele lhe aparece protagonizando a figura desejável de um ritual de reparação: quer ser o pai provedor da filha...

*“O sonho eu parei tem tempo. Nestes últimos dias , sonhei com ele mas não tinha dinheiro. Ele não me oferecia dinheiro. Ele me chamava para uma conversa, porque ele era pai e tinha que se preocupar com a filha que a gente tem. Mas eu tenho que ser responsável pelo que eu fiz . Acordei.Passou. **Durante cinco anos, eu sonhei que ele me oferecia dinheiro. Eu sempre sonhava assim. Ele debochava da minha cara. Ele me usou. Eu sempre via a mesma expressão de deboche nele. No sonho ele dizia : ‘pegue o dinheiro. Você não vai levar?’... Eu tinha ido para buscar o dinheiro emprestado... Ficou na minha mente, sabe assim... Eu acho que tudo aconteceu porque eu tive que buscar esse dinheiro. No dia, ele me falou assim: este dinheiro, não precisa me devolver . Você pode ficar para você. Me deu a sensação que além dele ter me estuprado, ele estava pagando pelo que fez. Foi como se eu fosse uma prostituta, entendeu? Como se fosse uma mulher de programa. Tivesse chegado e tivesse me pagado por aquilo que ele me fez. Entendeu? Como se fosse um favor, como se eu tivesse tido um trabalho. Essa sensação ficou, mas passou. Porque sempre fica... Sonhei com ele, desta última vez, mas não me incomodou porque conversou de igual para igual”.***

Maria, refaz num lapso de tempo bem maior, por um processo doído e sentido de elaboração subjetiva, a oscilação e combinação constante de João, a quem nada parece doer. Ele não se indaga sobre o que ela quer. Ele quer fazer dela sua prostituta e sua mulher, uma ou outra, na qualidade de subjugada. Perguntado pelo acontecido pela mãe de Maria, João diz que já eram amantes há tempo e que ele está disposto a casar.

## A cegueira e a estratégia

A grande perplexidade de Maria, é a de que o ato de estupro começa a lhe aparecer não, como construído de improviso, no momento da própria cena, mas **resultado de uma estratégia construída por João**. Estratégia, que ela entende ter descoberto os indícios. João teria feito uma “macumba” para tê-la, controlá-la, e , se não conseguisse, que, ao menos nenhum homem a pudesse ter. Os outros indícios, aos quais ela também alude e indica são os “*serviços e favores de que ela desfrutou e que proporcionou*”. Serviços, também fortemente carregados do sentido de contrato e troca entre casais.

---

<sup>21</sup> Ver as considerações de Forrester (1995) em relação ao cuidado de que uma teoria da sedução (podendo-se aqui incluir a fantasia da prostituição) não pode substituir uma teoria da violação, porque nem a fantasia de uma ou de outra são suficientes para se entender tanto as seduções quanto as violações. Segundo a visão de Forrester , a teoria freudiana nunca deixou de distinguir desejo de vontade : a teoria da sedução nunca prometeu, por exemplo, afirmar que não haja assalto sexual. Por outro lado, Freud não se dedicou à análise do “abuso sexual”. Para sua teoria, o achado mais importante foi a configuração da “sedução” nas subjetividades dos casos de “neurose histérica”.

“João ia raras vezes na nossa casa. Nós íamos mais na oficina. Sempre que precisasse, podia ir buscar dinheiro, comida, carro, conserto. A relação não era muito íntima. Quando precisava, nós íamos ou até para ver se ele precisava, pois ele morava sozinho, e a gente não podia só pedir. A gente queria uma troca. Lavava uma roupa. Só pedindo, não dava.(...) Ele me tratava bem. Eu pedia emprestado caderno, ele me dava, e dizia: deixa prá lá . (...) **Porque não vi que ele estava armando... Não dava para perceber.** É uma coisa tão fria para fazer ... Ele me ajudava. Quer comer? Não, você tem é que estudar Ele me ajudava. Me aconselhava. Achava estranho ele ter programado. Não acredito em bruxaria . Acredito numa força: que existe Satanás, que é uma força maligna que rege as coisas más. Se a pessoa não quer deus, vai fazer algumas coisas, mas colocar uma macumba... Não acredito em espíritos. Acredito em Satanás e seus anjos para as coisas más, como Deus e seus anjos para as coisas boas. Ele era da Igreja Batista. Tinha incenso dentro de casa. É normal. É estranho porque ele era crente e falava da Bíblia. Eu chegava na casa dele, ele acendia velas em lugares estratégicos. Uma vez encontrei um pedaço de papel com meu nome e a vela encima queimando... Meu pai era kardecista e eu sabia que isso não era bom... Ele me pediu: Eu não sei o seu nome por escrito. Só o apelido. Você não poderia pôr seu nome por escrito? Ele estava com isso na cabeça. ‘Mas você não podia me dar por escrito seu nome?’ Fui embora. .. Quando foi uma vez, na minha igreja, eles não usam este tipo de revelação. Não acredito em certas partes, mas uma vez, uma irmã falou para mim que estava crescendo a semente... Disse que tinha um homem que conseguiu algo meu. Pegou para fazer bruxaria. (...) Costumo conversar com Deus. Quebra obras malignas. Ela me disse que tinha uma bruxaria que eu não seria de ninguém e que os homens quando tivessem me querendo, iam me desprezar; que a minha gordura era maligna, que não era normal, que era resultado de maldições. Fiquei encucada. Isso me incomoda.

Essa semana, terça ,arrumei um rapaz apaixonado por mim. Evandro me quer... A palavra é tão perigosa : Eu disse, eu vou lá matar aquele homem (João)... Tenho que me segurar para não ir lá e fazer uma coisa errada. Sei que há cinco anos atrás,as pessoas iam me olhar diferente. Isso me assusta. Vou matar ele para quebrar o encanto. Quando se mata a bruxa, acaba o encanto... Mas eu sei que tenho que continuar forte no meu dia dia. Mas só em ter que lembrar que ele existe me incomoda. Se eu descontasse nele... Eu me sinto rejeitada e lesada. Ainda não extravasei a minha raiva, Antes, eu não tinha ódio. Tou querendo compartilhar minha vida com alguém. Você tem que se abrir, me disse uma psicóloga. Acho difícil eu querer compartilhar a cama com um homem”.

Os fantasmas da sedução e da prostituição se somam ao abuso sexual. Em determinado momento de sua trajetória subjetiva, encarna uma “vergonha” que deve ser entendida na sua dupla dimensão intimamente articulada: social e moral e tal como elaborada psiquicamente na interioridade subjetiva.

Os rituais de purificação realizados imediata e dolorosamente, logo após o ato de estupro, parecem não terem tido a eficácia esperada. O “feitiço” era bem mais forte. “Enfeitiçada”, ela se torna “feia”, por dentro (coloca-se numa “redoma”, segundo suas palavras) e por fora (gorda e não atraente, segundo ela), diriam os contos de fadas. Como a história do “pato feio”, depois de cinco anos, o “cisne”, finalmente, parece surgir,

seguir sua vida, seu curso, não parar no tempo do estupro, no tempo do doloroso “encaixe” entre sua fantasia de sedução e a violência do estupro<sup>22</sup>.

O tempo de elaboração e de ressignificação, com certeza exigiu um longo trabalho psíquico de Maria. Brinquei aqui com as metáforas : de um lado, o “feitiço” e a “quebra de feitiço”, de outro, o “bloqueio traumático” de Maria e o processo de “elaboração psíquica” que rompe o bloqueio.

A nossa informante, Maria, sem buscar fazer metáforas, joga com uma dupla crença e uma dupla linguagem. Maria nos fala de uma dupla fundação do bem e do mal : de um lado, macumba, satanás, deus e anjos; de outro, a construção da identidade numa contínua e incessante “auto-conversa”, um monólogo, que se constitui como diálogo, porque se inscreve já num discurso individualizado que acredita nos direitos e discurso psicologizado que acredita num certo “construtivismo” de subjetividades auto-orientadas, às quais cumpre estabelecer um diálogo entre o consciente e o subconsciente<sup>23</sup>... É uma linguagem que se, por um lado, se inscreve especialmente no impensado de gênero do código social relacional da honra, onde o feminino e o masculino, são categorias que se diferenciam fortemente, é também uma linguagem que reivindica a “conversa de igual para igual”, ideário já baseado num certo grau de “construtivismo de gênero”.

### *As Cenas de Estupro visitadas e revisitadas pelos olhares masculinos*

Os relatos dos nove apenados por estupro aqui referenciados se movem também em um discurso com duplo sentido: um dos eixos é o reconhecimento de algum tipo de erro, alguns se referem a “burradas”, alguns falam de arrependimento, todos se propõem uma vida futura sem erros, e todos falam da vergonha de ser estuprador. O outro eixo é o de que o ato do estupro não poderia ser assim considerado pois as “mulheres quiseram”. Ou porque todas as mulheres dizem “não”, mas sempre “querem”, ou porque tiveram relações com “vadias e prostitutas” e não com “mulheres de boa família”. Impactante é o silêncio em relação aos efeitos da sua ação sobre a mulher vítima: o seu sofrimento. Por ela, apenas um apenado evangélico reza para que saia da “vida de erro”. E outro, o único a afirmar, que nenhuma delas tem culpa, prefere não pensar sobre elas ou sobre o seu ato.

Impactante é também o fato de seus relatos não apontarem nenhum processo de “batalha interior” sobre se são culpados ou não. A “batalha entre a culpa e a não culpa” por eles elaborada é uma batalha no campo da exterioridade: propõem um jogo infundável entre o reconhecimento que agiram contra a lei social, mas ao mesmo tempo, agiram em termos de uma lei social ( a da sexualidade masculina livre sobre os corpos das prostitutas, pois o tributo do “interdito” foi pago) .

<sup>22</sup> Para uma discussão sobre o trauma do estupro e como se sobrevive ao estupro, a partir de uma perspectiva dos estudos feministas bastante atualizada e capaz de perscrutar as diferentes posições de sujeito, ver Patricia Searles e Ronald Berger (ed) (1995).

<sup>23</sup> Ver importante trabalho de Sérvulo Figueira (1985) sobre a psicologização da vida cotidiana no senso comum. Se ela atinge especialmente as classes médias e altas, com certeza, relatos de muitas das agredidas, das classes populares e das chamadas “classes médias baixas” que entrevistamos no NEPeM, tanto as que sofreram agressão sexual quanto lesões corporais em situação de violência conjugal, apontam para um processo de generalização da “cultura psicanalítica”, ainda que esta forma discursiva não venha a substituir outras formas discursivas como a religiosa, a da fatalidade e a do destino.

Sabem a diferença entre o que é uma mulher que deseja a relação sexual: a namorada, a amante, a prostituta à qual se paga. Sabem a diferença entre o que é a mulher que tem prazer na relação sexual, e a mulher que não tem prazer e a mulher que tem a relação sexual por medo. Ao mesmo tempo que, perguntados, “sabem e reconhecem, sem dúvida as diferenças”, continuam afirmando “saber que não há diferença”. Este é o outro jogo infundável entre a idéia de que a mulher é também sujeito da relação sexual e o seqüestro da percepção da mulher como sujeito.

### **A vergonha do estigma e a banalidade do estupro.**

No contexto do discurso, a referência a um arrependimento do erro vem em geral remetido, à vergonha de ser considerado um estuprador, à vergonha de estar na prisão, ao objetivo de sair “para ter uma vida normal”.

A entrevistadora pergunta ao apenado “Z”: “*Me conta o que aconteceu naquele dia?*” Interessada em pesquisar os ‘porquê’ e os ‘como’ dos estupros, ela espera um relato do estupro... O entrevistado A. responde: “*Eu fui preso. (...) Foi igual uma bomba quando a gente foi preso. (...) Agora eu sou a vergonha da família*”. Toda a marca da vergonha e do erro se instauram no momento da prisão e da “colagem social” do estigma de estuprador.

Especialmente, dois dentre eles, “B” e “D”, negam que realizaram qualquer ato sexual que pudesse ser considerado estupro. Um acusado (“D”) de ter estuprado e assassinado uma jovem, afirma que a matou por acidente. Outro (“B”), que admite ter vivido profissionalmente do roubo e assalto de carros, entende que foi denunciado como estuprador, para não “entregar” todo o sistema organizado de roubo de carros e sua articulação com a polícia. Tenham ou não realizado estupros, preferi no espaço desse trabalho, deles somente fazer esta breve referência, para poder me deter no objetivo fundamental de lançar um olhar sobre a dinâmica interna do discurso dos que admitem, de alguma forma, ter cometido o estupro, ou algum erro. “C” não é tão categórico que não cometeu o estupro. Diz que se tratava de uma menina de programa, que o denunciou, porque não pagou o preço que ela queria. No prontuário, no entanto, está a acusação de estupro durante roubo de carro.

O discurso dos apenados se assemelha a um “jogo”. De um lado, a afirmação da “transgressão” de uma regra, de uma lei. De outro, a afirmação de que o seu “erro” não deveria ser considerado uma transgressão, já que fizeram o que “todos os homens fazem”, ou porque é o que “*todos os homens fazem com prostitutas*”, ou porque é o que “*todos os homens fazem com todas as mulheres: elas sempre dizem não, mas sempre querem*”.

Os jogos infundáveis sobre quais seriam as regras e as normas, o que seria a lei e o que seria o que “*todos os homens fazem*”, nos lembram os jogos atualizados pela estrutura clínica psicanalítica da perversão.

O que chamei de “transformismo” cultural da noção de estupro, parece exigir, daqueles que protagonizam a cena como estupradores, investimentos subjetivos muito similares à atuação dos “perversos”. Sejam ou não considerados perversos no sentido psicanalítico, o seu discurso se faz no contexto do jogo perverso. Os termos do jogo são culturalmente construídos na própria ambivalência constituinte da moralidade social. A dinâmica de investimentos subjetivos, tal como pude pensá-las a partir dos relatos dos



acusados de estupro, aparece atualizada como a dinâmica encontrada na estrutura clínica dos perversos.

Nas palavras do psicanalista lacaniano Joel Dör (1993): *“Não há meio mais eficaz de se assegurar da existência da lei (simbólica) do que o de esforçar-se por transgredir as interdições e as regras que a ela se remetem simbolicamente. É no deslocamento da transgressão das interdições que o perverso encontra a sanção, ou seja, o limite referido metonimicamente à interdição do incesto. Desafiando a lei, ele recusa em definitivo que a lei do seu desejo seja submetida à lei do desejo do outro. (...) Tira seu gozo na estratégia de ultrapassá-la.”*

O primeiro relato de “A” será aqui reconstruído resumidamente, empregando-se os termos por ele utilizados, mas de uma forma mais livre, tal como foi feita a transcrição resumida das fitas pela entrevistadora Tânia Arruda. É minha a identificação dos vários relatos: *“P. tinha saído para roubar um carro com o primo. Ele não queria ir, mas acabou indo, porque o primo o chamou de maricas, tá dando prá tras, falou que ele estava brochando, dando mole; então ele quis se engrandecer e por isso roubou o carro com o primo. Foram parar no Gama e acabou praticando um 213 (crime por estupro). Foi um momento de fraqueza. Estava doido, estava drogado; quando percebeu a burrada já era tarde. Se arrependimento matasse..., estava muito arrependido. Um cara conhecido dele já tinha tentado estuprar sua mulher: tem muita raiva, e se o encontrasse teria matado.”*

No primeiro relato, reconhece a transgressão, e o gosto (gozo) pelo desafio, e a importância do “olhar cúmplice do outro”. Os dois querem se engrandecer aos olhos um do outro pela virilidade da decisão de transgredir a lei, aqui, no duplo sentido de lei simbólica e de lei do código penal. Este “olhar que se espera cúmplice” não é só o olhar do companheiro que, legalmente, será cúmplice do assalto e do estupro. O “olhar que ele quer cúmplice” é também o “olhar da vítima”. Neste primeiro relato, admite que o estupro se fez no decorrer de um assalto a carro, e que a usuária do carro foi estuprada tão somente porque ali estava. Segundo o psicanalista Clavreul (1985) a diferença entre o *“fantasma (no sentido de fantasia) perverso”* e a *“prática perversa”*, é que na fantasia perversa, a fantasia se satisfaz na solidão, por exemplo, de um ato masturbatório, e o olhar seria percebido como denunciador, enquanto na **prática perversa, o olhar do outro é indispensável para criar o campo da ilusão**. Para Dör (1993): *“A estratégia perversa consiste sempre em desencaminhar o outro com relação a balizas e aos limites que o inscrevem diante da lei. É importante que o outro esteja engajado, para que a nova experiência ganhe figura de devassidão”*.

No segundo relato de “A”, o estupro parece ser o resultado de uma ação que se inicia pelo “querer” da usuária do carro: *“ ‘A’ e o primo estavam em Taguatinga. Tinha um casal transando no matão ali perto. Pegaram o carro deles. O rapaz conseguiu sair correndo. Eles foram embora com a moça. Ele e ela ficaram no banco da frente e o primo atrás. Não foi ele quem começou, foi a menina. Ela já foi logo dizendo que não precisava eles a machucarem porque ela ia fazer tudo que eles quizessem. Já foi passando a mão nele, alisando e beijando..., e ele dirigindo. Pararam o carro e então transaram com ela. Duas vezes, o primo dele. Depois a deixaram perto da Rodoviária do Gama. Antes ela os chamou para ir tomar cerveja num bar próximo. Ele desconfiou e achou melhor ir embora. Deu até dinheiro para ela pegar o ônibus, ela também estava*

*com frio e ele deu sua blusa de frio para ela. Foi ela que começou tudo, daí rolou. Dois dias depois foram presos: ficou surpreso quando viu que tinha um 213( número do artigo do crime do estupro) em sua folha.”*

O terceiro relato é ainda mais categórico, o que houve foi uma relação sexual como todas as outras, com consentimento mútuo: *“Largou a menina perto da Rodoviária. Não conhecia a menina. Ele não sabe explicar porque a menina o denunciou, já que ela topou transar com eles”*.

Os tres relatos revelam o jogo perverso: ele sabe que há uma lei simbólica , e aqui, legal, de não forçar a relação sexual, de não ser violento, mas, apesar de saber da lei, ele a desafia, e faz tudo parecer, como se não tivesse transgredido. Para isso, ele que, no primeiro relato, sabe que a mulher não pediu para ser estuprada, no último relato diz saber que ela queria a relação sexual violenta. O transformismo da noção de estupro aparece, na dimensão dos investimentos subjetivos, como um jogo perverso, em que **o desejo do outro não será levado em conta, porque ele quer fazer valer somente o seu desejo**. O seu desafio é fazer parecer ao outro, no caso, a mulher estuprada, que ela também queria. Esta tarefa de “fazer parecer ao outro”, no caso de muitas mulheres, parece produzir efeito, pois está já assim configurado no imaginário da moralidade social baseada no código relacional.

Maria, na sua dinâmica psíquica, atualiza a construção do feminino como sedutor, e o fantasma da divisão entre “mulheres direitas e mulheres prostitutas”. Muitas mulheres, embora saibam que foram estupradas, se perguntam, numa batalha interior, o que fizeram, será que incentivaram...? Em nenhum momento, deixam de representar a imposição masculina, mas se perguntam se não seduziram, e se sentem aproximadas da figura da prostituta.

*“O perverso não cessará de procurar demonstrar que a única lei do desejo é a sua e não a do outro.”* (Dör, 1993). A explicação psicanalítica da “estrutura perversa” é a de que o sujeito *“teria que ter renunciado ao desejo do objeto primordial (representado pela mãe) para acessar o novo estatuto induzido pela função paterna que institui um direito ao desejo como desejo do outro”*. Podendo ser esta a explicação da história individual de um perverso, e não sendo todos os homens perversos, e nem perverso todo um homem, o estupro não é assunto só de homens perversos. É muito mais do que isso. Com certeza, a dinâmica do estupro é perversa, pois anula-se o desejo da mulher, mas há constituição de situações perversas onde podem se tornar estupradores, homens, que sobre outros aspectos, nada teriam de estruturalmente perversos.

O que importa, no meu entender, é perceber a construção social da configuração culturalmente perversa das relações de gênero no imaginário erótico e no imaginário de poder. As fantasias da passividade feminina em torno da idéia unilateral de que o corpo feminino é o apoderado, e o masculino é o ativo, predestinado a servir e a ser apoderado, e que o corpo masculino é o predestinado a apoderar e a se servir do corpo feminino , são os eixos ordenadores do erotismo ocidental. Tais eixos de sentido não só produzem fantasias, mas práticas. O jogo perverso entre os gêneros no imaginário do erotismo, mais do que um jogo de perversos, organiza-se como configuração cultural perversa.

## Entre a transgressão e a lei.

O primeiro relato de “E”, segurança de supermercado, sem outra ficha criminal, a não ser a de estupro se faz nos termos que se seguem: *“Tem coisas que são como uma compota. Você abre um pouquinho e perde o controle. Você faz mas não está gostando, você mesmo não aceita, como se fosse uma força sobrenatural que o levasse a praticar o ato. Ele não sentia nada, nenhum prazer em fazer aquilo. Tinha de beber para criar coragem e mesmo depois de beber, não se sentia nada bem. Sempre bebia, vinha aquele momento . Depois que rolou a primeira vez, aquela coisa estava sempre no ar.”* Tudo se passa como se J. não estivesse realizando o seu desejo, mas a compulsão de um ato mandatório. O seu desejo, a sua lei, podem assim ser apresentadas como exteriores. Ele transgredir, apesar dele. Reconhece, no entanto, nas entrelinhas, o seu desejo : *“aquela coisa estava sempre no ar”*, na iminência de ser repetida, refeita.

O segundo relato de “E” enfatiza a sua leitura feita a partir da prisão. Depois que entrou na Prisão da Papuda, se converteu a Igreja Evangélica. *“Vê o momento como uma alteração sua. É uma coisa inaceitável. Não gosta de falar sobre o que fez. Na hora do ocorrido se sentia perturbado. O estado de espírito estava perturbado. Quem cai e não admite que caiu, nunca poderá se levantar de novo. Os companheiros não achavam legal ele assumir o crime, mas para ele é muito importante. Mesmo que os outros digam que as mulheres têm culpa, elas não têm Ele pode explicar o que aconteceu, mas não poderá justificá-lo. Ele bebeu. Não sabe o que rolou na cabeça e aconteceu”*.

Enquanto os outros apenados se inscrevem na “batalha exterior” do jogo entre a transgressão e a lei, como se fosse um jogo entre a aparência da lei e a aparência da transgressão , “E” se localiza ao lado de quem transgrediu.. Não há , também no seu discurso, nenhum indicativo de uma “batalha identitária” no campo da interioridade. **Não quer saber porque estupro.** Ele pretende passar do campo da transgressão para o da lei.

## A eficácia evangélica: entre o “campo do bem” e o “campo do mal”.

Entendo que a eficácia do discurso evangélico se funda por tocar a dinâmica de investimentos subjetivos. Este discurso não recobre uma representação discursiva sobre a relação de interioridade do estuproador como o seu ato, a partir do qual poder-se-ia supor algum discurso sobre o arrependimento. O discurso religioso autoriza a formulação de uma afirmação de arrependimento, cuja dinâmica é a mesma dos jogos perversos. O exato momento da formulação do arrependimento, já é o da passagem de um “campo do mal” para o “campo do bem”<sup>24</sup>. O “arrependimento” se situa no entre mundos do fascínio pela transgressão e o reconhecimento da “lei simbólica”.

O terceiro relato de “E” é o propositivo, voltado para o momento posterior à prisão: *“Ele não nasceu numa vida criminoso. Ele vai lutar até o fim para ter uma vida normal. Na época do crime , tinha casinhos esporádicos, nada sério, casos lá de Planaltina. Tinha amizades no Plano Piloto. A vida é uma progressão. Ele tem um objetivo: buscar força em Deus para não errar nunca mais, para se purificar e não se*

<sup>24</sup> Ver a comparação da moralidade sexual dos Evangélicos Prebiterianos comparada a dos Evangélicos da Assembléia de Deus, na dissertação de graduação de Ana Keyla Pinezi Barbosa (1995)

*sujar mais. Quando ele sair, vai ser ex-presidiário, negro, pobre, mas vai superar tudo isso. A pessoa tem de ter um raciocínio próprio, não pode se deixar levar pelos outros.*” A última frase é sintomática da dificuldade de acesso de “E” à idéia do “direito ao desejo que é desejo do desejo do outro”. Ele não tem acesso aos outros e seus desejos, ele se coloca na posição antinômica: ou obedece à lei, aqui pensada como a lei legal e a lei da Igreja, ou a sua lei, que ele sabe ser a da transgressão. É nesse sentido que ele fala de purificação e de se sentir sujo.

“E” não se sentiu tornar impuro pelo ato corporal do estupro e da relação sexual, que também maculou sua integridade moral, tal como se sentiu suja Maria. Enquanto ele continuava, sabendo (sentindo no ar) que iria continuar a estuprar, ele não buscava a purificação, ou sequer buscava entender porque estuprava. **Ele só se sente sujo, desejante da purificação depois de estabelecer a estratégia da ruptura num campo de batalha externa do bem e do mal.** Seu esforço é de fazer parecer sua entrada no campo do bem, como resultado do raciocínio próprio. A purificação é esta difícil adesão proposta: continuar com o raciocínio próprio e se submeter à lei. A facilidade da adesão, por outro lado, se dá pela estrutura dicotômica religiosa da Assembléia de Deus, que, caracteristicamente, elabora uma “moralidade da exterioridade” do “campo do bem” e do “campo do mal”, que parece se adequar ao sentido do “estar entre duas leis” da dinâmica perversa.

É interessante contrastar com o apenado “Z”, que, apesar de acreditar previamente na Bíblia, antes de ser preso, rejeita se converter à Igreja Evangélica, exatamente em nome de não perder a posição de “*sou dono da minha mente*”. Formulação que parece ser sintoma do maior medo do perverso: se ele adere à lei simbólica, ele deixaria de ser sujeito desejante. Ele precisa transgredir, para se ver como sujeito desejante. Com este contraste, pode-se ver o esforço do empreendimento de “A” para aderir à Igreja, conservando seu raciocínio próprio. Mas não só “A”. Outro apenado “Y” também se converte e adere ao “campo do bem”. Sua estratégia imaginária, é se ver como o grande missionário: aquele que vai ensinar a lei para os outros. De novo, é interessante apontar como esse desenho da passagem do mundo da transgressão para o da lei se faz sem resvalar por nenhum empreendimento de uma batalha na interioridade da subjetividade.

### **A surpresa da denúncia.**

O primeiro relato de “Z”, (já referido acima com o que não se quer converter à Igreja Evangélica) enfatiza a surpresa da denúncia e da ida à delegacia. Nas suas palavras: “*Tudo bem, fomos ter relação com ela. O rapaz que tava mais eu, estava com dinheiro e deu pra ela ir embora e pegar outro onibus. Ela subiu. Tudo bem, aí fomos para festa, eu falei pra ela que nós estávamos de carro, mas eu não estava de carro. Subimos para a festa lá na casa da irmã dele (do amigo). Nós bebemos mais ainda depois disso. Fomos embora. Contratamos um jovem de uma Brasília (marca de carro) para levar nós no Paranoá. Pagamos. Quando nós tava indo embora na Brasília, tinha uma barreira na Br parando os carros. Parou o nosso carro. Os PMs falaram: é vocês mesmo. Quando eu vi, ela estava no camburão. Não teve mais jeito. Pegamos 157 (crime por roubo). A mulher passou duas audiências sem ir. Teve que ir um oficial de justiça na casa dela... Eu acho que a consciência dela pesou de mentir. Na época, o 213 (crime de estupro) não era hediondo.*” Ele parece não reconhecer nem o desejo dela de

não querer a relação sexual, nem o seu sofrimento posterior. A posição da mulher parece nada significar, a não ser a própria possibilidade de desafiar a lei simbólica.

O segundo relato de “Z” reconhece o medo da vítima, o seu não querer, ao mesmo tempo que afirma o seu querer, e afirma que a tomou por prostituta, altas horas da noite.. Trata-se de todo o jogo de saber que é uma transgressão e de fazer parecer que não é uma transgressão. Antes de se retirar da cena pergunta: *“Não vai entregar nós para a polícia, não?”* A entrevistadora indaga: *“Você recebeu que ela o entregasse?”* Ele responde, dizendo que sabia do seu medo: *“Porque eu acho que ela queria fazer aquilo por medo da gente. Falei pro “N”: ‘será que a mulher fez isso era com medo?’ Tava escuro, à noite, tarde da noite, nas proximidades nenhuma casa perto, nem luz, nós dois, não é?”* (..) *Ela se despiu para urinar, a mulher levantou a blusa, desceu a saia e ficou despida prá nós ver. Depois que ela se despiu, ela disse: ‘se vocês tiver um dinheiro aí e me levar na parada eu transo com vocês’.*(..) *Eu não estava armado, não tinha revólver. Era um pente. Eu estava com um pente...”* (no processo, consta que ele utilizou um pente no pescoço da vítima para rendê-la, alegando ser uma faca.)

### **Mulher ideal e mulher repugnante.**

O relato de “Z”, assim como o dos outros nos faz lembrar, mais uma vez, o discurso da psicanálise sobre o perverso e a relação com as mulheres. O perverso se divide radicalmente entre a antinomia de cultivar o ideal de mulher e considerar repugnante a mulher porque sexuada. Nas palavras de Dör (1993): *“A mulher que encarnará a mãe fálica será fantasmada como mulher totalmente idealizada. É virgem de qualquer desejo, é intocável e proibida. A mulher que encarna a mãe repelente, repugnante porque sexuada, mãe desejável como desejante em relação ao pai, é considerada como prostituta : o objeto oferecido ao desejo de todos, porque não reservado só ao perverso... O sexo feminino é pensado para maltratar poque tão infame que dá gozo.(..) O perverso se esquiva e maltrata seu objeto repugnante.”*

O terceiro relato de “Z” mostra a afirmação de que a vergonha dele como estuprador não vem do ato do estupro, mas do estigma de estuprador, da publicização e do seu sentenciamento. Insiste querer ser considerado normal. Loucos se dizem os ricos que querem escapar do crime e da prisão: *“Quem comete um crime hediondo é tirado como louco. Pobre vai é puxar cadeia. Fica é doido dentro do presídio, torturado psicologicamente, cara fraco de mente fica doido mesmo. Eu não, tô aí puxando cadeia, tenho inteligência.(..) Quando eu fiquei de cara, quando fiquei são, pensei: Deus do céu, onde é que vim parar? Eu tenho vergonha de porque os outros vão falar. Não posso falar que não me alterei lá na hora, que eu não me alterei com a menina, que houve cara feia, que eu não me lembro, só sei que tava bêbado. Mas eu não sou... Eu não preciso disso, rapaz, eu tinha mulher, eu tinha mulher. Eu sou normal.”*

Os relatos de “Y”, se aproximam aos de “Z”. O seu primeiro relato aponta a surpresa, o inesperado da denúncia e da ida à delegacia. *“Eu só fiz colocar o pênis na boca dela e pronto, eu não, ela mesmo que chegou e disse: ‘ ah, eu aceito vocês fazer tudo comigo, deixando eu viva... Ninguém vai te fazer nada não. Aí eu peguei e também se aproveitei ali. Aconteceu isso. (...) Ninguém ameaçou, Só se foi os colegas meus. Eu fiz aquilo e saí. Fui embora. nem falei. Pensava que não ia me acontecer nada. Aí os*

*policiais chegaram, eu tava no meu barraco, ia trabalhar, porque até dia de domingo eu trabalho. Eu ia até fazer uma colheita lá porque à tarde o patrão ia chegar. Chegou de manhã, os policiais chegaram e me levaram para a delegacia”.*

O segundo relato é mais explícito sobre a violência utilizada, embora sempre atribuída aos outros companheiros. O olhar compartilhado do estupro em grupo como ritual de virilidade parece não deixar dúvidas. A mulher é maculada e objeto sacrificial do olhar especular da virilidade. Sabem que o não da mulher é não, mas dizem saber que o não da mulher é sim: “*Nós tava numa festa, nós peguemos e descemos lá numa parada. Lá tinha até umas mulheres brigando. O M. chegou e passou os braços com ela (que estava na parada) e vai e vai e foi andando. (...) O de menor levantou e derrubou a mulher. Eu falei: É covardia, não bate na mulher, não...(...) Inclusive ele pegou e jogou até um punhado de terra na boca dela. Quando eu cheguei, eles tava lá, eu falei pra ela e ela disse: não, não, não. Ai eu peguei e tirei o pênis, ela pegou e colocou na boca assim. Ai, eu peguei e saí: fui embora dormir. Tô lá ressaqueado dormindo, não que eu fiz foi só deitar, já era 4:00hs..”.*

O terceiro relato apresenta a novidade de demarcar que foi testemunha de um prenúncio da denúncia, mas mesmo assim, entendeu que o estupro não é algo sério na cultura vigente, a não ser, a posteriori, porque fica sabendo que o carro que chegou para pegar a mulher, era do irmão. Nas suas palavras: “*Eu coloquei o pênis na boca dela. Ai chegou , não sei se era algum parente dela, chegou e colocou ela dentro de um carro assim. Acho que era o carro do irmão dela. Nem pensei, ao menos, em dar alguma coisa”.*

### **A cultura do ressentimento e a não reflexividade.**

O primeiro relato de “V” associa o estupro a um estar desgostoso da vida. Apossar-se de coisas materiais de outro e do corpo da mulher parecem poder deslizar de um ato para outro. Como se esse deslizamento de sentido perpassasse toda a cultura. Naffah Neto (1997) chama atenção para uma **violência do ressentimento**<sup>25</sup>. O relato de “V”. parece a explicitação discursiva da cultura do ressentimento Diz “V”.: “*Foi depois que eu perdi o emprego, fiquei parado e comecei a beber, que eu aprontei essa. Eu passei a noite toda bebendo , sem emprego e desgostoso da vida e passei lá nessa mulher. Roubei dela lá. Tava lá naquela de bêbado, eu peguei e fiquei com a mulher um pouco lá .Tava sozinho. Quando eu saí, ela deu um grito e os policiais chegaram e me botaram preso”.*

O segundo relato de “V”, fala , como já me referira anteriormente, ao arrependimento que aponta para um trabalho sobre a interioridade, exatamente, porque permite o dar-se conta do desejo do outro: *Eu fiquei arrependido na hora que eu tava lá, fazendo aquilo com a mulher. Eu vi que era errado e fiquei um pouco lá. Eu comecei a usar a moça, eu vi que era errado e peguei e saí. Eu fiquei com dó dela.* O terceiro relato

<sup>25</sup> “É pela busca desse reconhecimento mútuo que a agressividade, no mundo contemporâneo, vem tomando cada vez mais a forma de *violência ressentida*. Não se rouba ou se mata simplesmente para obter o dinheiro ou o bem desejado; procuram-se bodes expiatórios que possam ser responsabilizados e punidos pela grande ilusão de prazer e felicidade vendida pela mídia e que continuamente cai por terra, sela pela impossibilidade de consumo da maior parte da população, seja porque o próprio consumo revela-se um embuste ante as promessas” (Naffah Neto, 1997)

aponta para a dificuldade do empreendimento de qualquer batalha interior: *“Esse negócio eu não penso mais. Só penso na minha liberdade.. É muito sofrimento.”*

Por último, quero apresentar os relatos de “X”, o único dos apenados do total dos nove em que baseio a minha reflexão, sentenciado por estupro da própria mulher. O primeiro relato aponta o inusitado por ter sido, ele, um “homem respeitável”, preso por questões com a própria família: *“Tô aqui e não é com parada que aconteceu com a família de ninguém. Aconteceu com a minha mulher. (...) Sou casado com essa mulher e ela me envolveu nessa parada aí, porque ela já tava querendo se separar de mim. A senhora pode acreditar. Eu sou um camarada de peso. Eu só vivia trabalhando na roça e não estudei. Eu preferiria que Deus tivesse me matado há muito tempo, do que estar num lugar desse. Eu quero viver tantos anos de vida sem eu ser dono da minha vida. Prá quê? Na hora que eu vou subindo ou desço, eu vou pensando: oh, meu Deus , o que eu fiz de tão errado?”*

No seu segundo relato, alude ao que aconteceu, utilizando as palavras da mulher, e não as suas, e afirma o inesperado da denúncia e da prisão. *“Aí ela disse: eu vou dar parte de você. Isso foi de sábado para domingo. Disse que eu fiquei com ela à força. Que aí veio dois camaradas e fiquei com ela à força. A polícia não foi lá em casa , Ela sabia onde minha mãe morava. A Polícia podia ter ido e não foi. Com um mês e pouco eu fui lá pra ver meu filho, eu nem lembrando disso não estava..”*. O “não lembrar” de “Z”, se soma às várias afirmações dos outros apenados de “não esperar que algo (a denúncia e a prisão) acontecesse” e às posteriores afirmações de “ não querer saber”.

Em especial, nesses dois últimos relatos, mas implicitamente também presente nos outros , há formulada uma queixa à sociedade. A “sociedade” parece não lhes conferir possibilidade de auto-reconhecimento. Eles nada são. Os espelhos sociais não lhes conferem valor. A estratégia de se “engrandecer” através de diferentes formas de transgressão, se configura como o grande desafio e a grande oportunidade. As respostas não são reflexivas, nem mediatizadas por qualquer elaboração. o estupro não deixa de se inserir como uma forma particular de se engrandecer aos olhos cúmplices de uma cultura que fantasia a virilidade, como a única sexualidade a ter direito de ser sujeito. A configuração de uma “**cultura do ressentimento**” parece ser solo fecundo para a atração ao estupro.

## **O Estupro e a Maculação do Feminino**

Os olhares masculinos e femininos dos envolvidos e suas referências sobre o solo cultural de onde falam, revelam que o estupro condensa um certo excesso de representação da sexualidade contemporânea ocidental, tal como vivenciada na cultura brasileira. Digo excesso, em que sentido? Porque na modalidade de estupro, a sexualidade masculina é vista como puro lugar da iniciativa , o que faz ressaltar na sexualidade feminina, um puro lugar da passividade, da inatividade, do lugar morto porque não sujeito. No entanto , o lugar cultural da sexualidade feminina, quando não se concentra no estupro, não é o da pura passividade, mas é um lugar de iniciativa secundária, reativa e indireta, que a coloca inexoravelmente no trânsito entre a sedução e a esquivia. Prioritariamente posta como “objeto” do erotismo, ela só pode ser bom

“objeto”, se considerada um sujeito secundário e indireto, um sujeito que pode ser pensado como imaculado, e, portanto, maculável<sup>26</sup>.

O excesso representado pelo estupro, pensado como o puro e exclusivo lugar da iniciativa, indicando a imposição do poder unilateral pelo uso da força do masculino, é, no imaginário, imediatamente recoberto, pelo sentido cultural do feminino como o lugar da iniciativa indireta, isto é, o lugar de trânsito, sempre instável, entre a sedução e a esquiva. Duvida-se, no meu modo de entender, a priori, de um puro exercício da iniciativa masculina, independentemente de qualquer caso factual, pois no “impensado cultural da sexualidade”, está vigindo a crença da eterna iniciativa indireta do lugar feminino.

O estupro, como puro lugar da iniciativa masculina, que, como tal, implica, na sintaxe lógica de sentido, a imposição da força de um sujeito sobre o outro, se inscreve numa visão do “horror”. Contudo, a pura iniciativa masculina parece também sempre invocar o lugar forte do masculino quando se pensa a sexualidade, qualificada como sexualidade normal: a crença do masculino como o único lugar legítimo da iniciativa, isto é, o lugar, por excelência, da iniciativa. Daí o deslizamento e o transformismo da noção de estupro: do ato mais banal da sexualidade, modelo mesmo do erotismo ocidental e da riqueza (ou pobreza) das suas fantasias, ao ato exemplar do “horror” e do “inumano”.

Compartilham os olhares femininos e masculinos sobre a distinção entre a sexualidade masculina: a que tem iniciativa, a que apodera, a que é “início” e, por isso, não maculável, nem imaculada; e a feminina: a que não tem iniciativa, não é início, mas é o objeto do apoderamento, e por isso, a que é maculável e imaculada, a que só exercita uma forma indireta de iniciativa, a que seduz e se esquiva.

Olhares masculinos e femininos compartilham do sentido cultural do feminino como o que transita entre o puro e o impuro. O estupro é pensado como retirando a pureza ou comprovando a impureza de toda e qualquer mulher que tenha sido ou venha a ser estuprada. A dicotomia pureza e impureza parece marcar exclusivamente o corpo feminino. Como a impureza feminina é construída como aderindo ao corpo e a interioridade, ela é posta, como não restaurável. O corpo feminino tocado pelo masculino na relação sexual deixa de ser puro, deixa de ser virgem, assim, como um rito de passagem, coloca a mulher em um dos dois mundos: o da sexualidade virtuosa daquelas que são ou serão esposas e o da sexualidade das prostitutas e das “vadias”.

O corpo masculino parece impermeável. O corpo masculino não é puro, nem impuro; ele é concebido como o lugar de origem, o lugar não submetido à qualquer lei simbólica, impermeável à qualquer marca, como se fosse o lugar originário da lei simbólica. Sobre o masculino, pode apenas incidir a impureza de uma exterioridade moral, que, sempre pode ser **restaurada**. Sobre o feminino, incidem duas formas possíveis de impureza, uma que articula irremediavelmente o corpo e a interioridade moral, e outra que articula apenas a exterioridade moral. A impureza, pensada como exterior, pode ser moralmente restaurada, mas não a impureza do corpo que se articula à moralidade interior. A partir dessas considerações, é que se torna pensável analiticamente, dar sentido aos caminhos inversos dos olhares femininos e masculinos, se dirigirem e perscrutarem os sentidos do estupro, apesar de partirem de um solo comum de compartilhamento da mesma crença do impensado sobre a sexualidade e os gêneros.

---

<sup>26</sup> Veja-se Peggy Reeves Sanday (1992) que nos fala do estupro como “forma de silenciar o feminino”.



O feminino visto da posição exterior, tanto para os olhares masculinos como femininos, enquanto se está falando das mulheres ou das outras mulheres, o feminino é transitivo: se apresenta como a construção de uma sexualidade de gênero que se funda no transitar entre a posição de seduzir e a posição da esquiva, entre a posição de feminino sagrado e feminino impuro. A partir da construção simbólica deste feminino ambivalente, é que as mulheres parecem sempre estar transitando de uma posição à outra, dependendo dos olhares que sobre elas se debruçam. A relação do feminino com o feminino, não se faz apenas da sua exterioridade.

Da relação do feminino consigo mesmo, enquanto se está falando da identificação subjetiva do feminino, o feminino deve ser intransitivo. O código relacional e moral da honra prescreve a antinomia entre a qualidade de “honrada” e de “prostituta”, de “sagrada” e “idealizada” versus “impura” e “sem vergonha”. O olhar feminino, quando perscruta os próprios corpos e pessoas morais, deve ser intransitivo. Ou seja, os olhares exteriores parecem se fundar na estratégia de instituir a marca do impuro.

Maria revela, na sua fala, a força da inscrição cultural da sexualidade e do estupro como produtora de impureza para os corpos e subjetividades das mulheres. O estupro institui a marca da vergonha no corpo feminino. Rituais que se pretende de purificação parecem não ter eficácia. A impureza é impregnante e tende a ser inamovível. De um olhar exterior, a partir do qual, ela também se olha, o feminino lhe parece transitivo. Ela se concebe, como podendo reivindicar afastar a “impureza”, porque, pense ela ter seduzido ou não, ela sabe que se defrontou com um ato sacrificial de maculação.

O ato de estupro pretende instituir a mácula no feminino. O não da mulher, por ser tão categórico, que se defende não só verbal quanto fisicamente, assume a figura do “interdito do incesto”. Transformar um possível feminino interditado, em feminino sexualmente apoderado, é produzir simbolicamente a maculação do feminino genérico: dessacralizá-lo.

Os olhares masculinos dos acusados de estupro destituem as mulheres de seu estatuto de pessoas. As cenas revisitadas não repõem a presença feminina no estatuto de sujeito. Trata-se de instaurar em toda sua plenitude a mulher objeto sexual, seqüestrando-lhe o caráter de pessoa.

Se o corpo masculino é impermeável à dicotomia do puro e do impuro, a pessoa moral masculina pode ser marcada e simbolizável como impura. Esta marca não é no seu corpo, mas apenas enquanto sujeito moral. Como sujeito moral, torna-se impuro, não porque desonrou o feminino, mas, enquanto maculou a honra masculina de outros homens, aos quais pertenciam aquelas mulheres, guardiãs, para eles, do lado sagrado do feminino.

Detenhamo-nos nos olhares masculinos dos presidiários não sentenciados por estupro em relação aos estupradores. Sentem-se desonrados com a presença reconhecida de estupradores. Instituem um ritual de punição, carregado do sentido simbólico da vingança. Fazem dos estupradores simbolicamente suas mulheres. Eles são os que serão transformados em objetos sexuais, e terão papéis sociais, tradicionalmente atribuídos às mulheres: lavarão as roupas e obedecerão aos presidiários que os escolherem como “vítimas ou objetos sexuais”. Não se trata de nenhum ritual de reparação à maculação do feminino. Não há qualquer reconhecimento da indignidade do lugar atribuído ao

feminino pelo ato de estupro. Ao contrário, a vingança e a punição dos presidiários sobre os colegas “estupradores” é uma feminização dos seus corpos.

Para macularem os corpos masculinos, é preciso os posicionarem como corpos femininos. O ritual de vingança, revela-se, não como um ritual de reparação face à maculação do feminino, mas como uma segunda maculação. É a honra dos homens, simbolicamente, atingida, pelo sacrifício de suas mulheres, que é reparada. Não o ato de maculação do feminino.

A Igreja Evangélica da Assembléia de Deus, com um templo no interior da Prisão, elabora a idéia de impureza moral do estuprador e da estuprada, pela ênfase no lado sagrado do feminino. O reconhecimento da impureza do sujeito moral masculino implica, para os Evangélicos, na conversão e no estabelecimento de uma ruptura entre o momento do passado, quando o presidiário estava no “mundo” e a entrada no mundo dos crentes, onde, homens e mulheres devem ser guardiões exclusivos do lado sagrado do feminino. Por esse prisma, tanto estupradores, quanto estupradas são considerados moralmente impuros.

Enquanto a purificação diante da desonra do estigma, é delineada como possível através da conversão, a marca do estupro no corpo de Maria, parece ter sido o indicativo de uma expulsão travestida de auto-expulsão da Igreja Evangélica.

A marca da impureza do ato do estupro e o fantasma da sedução que aflige o feminino parecem intimamente articulados para comprovar a profecia masculina, de que, afinal, são todas as mulheres confundíveis com o modelo da sedução e da prostituição. Daí, a capacidade de transformismo, que assume a noção de estupro: vai de um entendimento de um crime hediondo contra a pessoa, passando por um crime contra os costumes aos atos mais banais e corriqueiros de relações sexuais entre homens e mulheres, quer se dêem entre cônjuges, quer com vadias e prostitutas.

Os sentidos do estupro revelam sua íntima articulação com as construções sociais e simbólicas do masculino e do feminino. Como construções históricas que são os gêneros, há que se repensar valores de gênero enraizados e que sustentam uma violência que se quer desenraizar. Se o erotismo ocidental dominante da virilidade que é a única que se apodera do corpo da mulher, tem como contraparte a mulher una e indiferenciada que se esquiva para seduzir e seduz para se esquivar, fazendo o jogo com a agressividade masculina, estupro e erotismo se confundem. Este impensado naturalizado está longe da revolução simbólica anunciada de um construtivismo social de gênero e de um construtivismo social de sexualidade. A construção do gênero e da sexualidade estão ainda nesses *entre-mundos* e nesses *entre possíveis*.

Dois pontos, por excelência me chamaram a atenção sobre os sentidos culturais do estupro, ao contrastar os olhares dos envolvidos de homens e mulheres. Os homens jamais se colocam nos lugares das mulheres. As mulheres sempre se colocam nos lugares dos homens. Sempre se indagam porque afinal eles querem estuprar e por que afinal elas se deixaram estuprar? Como agiram? Os homens se referem às ações mandatórias exteriores.

É como se o masculino se confundisse com o lugar da lei. De um lado, nas relações conjugais e familiares, quando se instituem como o lugar do controle de suas mulheres. De outro, nas relações com mulheres que não são afins nem consanguíneas, como se lá, estivessem as mulheres que deveriam estar disponíveis como puros objetos

sexuais. Da fantasia erotizante do estupro, que reconhece a lei do interdito, ao ato de estupro, a distância talvez seja o gozo de fazer parecer que não há interdito. Na *Interpretação dos Sonhos*, Freud (1976) indagava se a diferença entre o homem perverso e o virtuoso, não seria que o perverso faz o que o virtuoso sonha...Quero dizer que o “impensado” cultural do erotismo ocidental e dos seus mitos da sexualidade fundam os olhares sobre o estupro.

Os novos tempos parecem apontar, não a tendência esperada da diminuição da violência interpessoal e da violência de gênero, mas a generalização da figura dos cínicos e dos perversos que se colocam no lugar da lei: eles estão acima da lei, eles fazem a lei. Os novos tempos parecem também apontar a exacerbação dos recortes identitários de exclusão, através da generalização perversa de que a lei só serve para os “outros” e que a humanidade é só composta daqueles que **têm**. Instaurou-se um grande recorte entre ricos e pobres, infinitamente desdobrável por outros recortes, sejam raciais, de gênero, de grupos, de “gangues”, etc., tendo em comum o fato de sempre considerarem os “outros” como não merecedores dos mesmos direitos que os abarcados pela sua concepção de “nós”.

A contemporaneidade de uma violência advinda de uma “cultura do ressentimento”, poderá fecundar a violência perversa sacrificial do feminino.

### **Referências Bibliográficas**

- Almeida, Ângela Mendes de (1993)\_ **O Gosto do Pecado**\_Rio: Ed. Rocco.
- Aragão, L. Tarley (1986)\_ *Em Nome da Mãe* in **Perspectivas Antropológicas da Mulher IV**\_Rio, Ed Zahar
- Ariès, Philippe (1981)\_ **História Social da Criança e da Família**\_ Rio: Zahar Ed
- Ardaillon, Danielle. e Derbret, Guita (1987) **Quando a Vítima é a Mulher**\_Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- Arruda, Thania (1995)\_ *O Estupro. Do Consentimento à Agressão*. Brasília: Dissertação de Graduação, Departamento de Antropologia, UnB.
- Bandeira, Lourdes e Almeida Tânia (1998)\_ “*Pai e Avô: O caso de estupro incestuoso do Pastor no D.F.*” in Suarez, Mireya e Bandeira, Lourdes (org.)\_ **Gênero, Violência e Criminalidade no Distrito Federal**\_ Brasília: Ed. Paralelo 15.
- Bataille, Georges (1987)\_ **O Erotismo**\_ Porto Alegre: L&PM.
- Barbosa, Ana Keyla Pinezi (1995)\_ *Sexualidade entre os Evangélicos*\_Brasília: Dissertação de Graduação, Departamento de Antropologia, UnB.
- Brasileiro, Ana Maria(org.) (1995)\_ **Las Mujeres contra la Violencia. Rompiendo el Silencio**\_Nova York: UNIFEM.
- Clavreul , J. (1985)\_ *Perversions* in **Encyclopaedia Universalis**, Tomo 14. Paris.
- Dör Joel (1993)\_ **Estruturas e Clínica Psicanalítica**\_Rio: Taurus Ed..
- Douglas,Mary (1976)\_ **Pureza e Perigo**\_ S. Paulo: Perspectiva.
- Dumont, Louis ( 1966) \_ **Homo Hieraquicus** \_Paris: Gallimard.
- Dumont, Louis ( 1977) \_ **Homo Aequalis** \_ Paris: Gallimard.
- Eliade, Mircea (1992)\_ **El Chamanismo y las Tecnicas Arcaicas del Éxtasis**. Mexico: Fondo de Cultura Económica
- Figueira Sérvulo (1985)\_ *Introdução: Psicologismo, Psicanálise e Ciências Sociais na “Cultura Psicanalítica”* in Figueira, Sérvulo (org.)\_ **Cultura da Psicanálise**\_ São Paulo: Brasiliense
- Forrester (1992)\_ *Estupro, Sedução e Psicanálise* in Tomaselli,S. e Porter, R. (orgs.)\_ **Estupro** \_Rio: Rio Fundo Ed..
- França Danielli (1996)\_ *Violência Sexual: Uma Etnografia sobre o Discurso do Agressor Recluso*\_Brasília: Dissertação de Graduação, Dep. de Antropologia, UnB.
- Freud, Sigmund (1976)\_ \_Edição Standard Brasileira das **Obras Completas Psicológicas de Sigmund Freud** \_ Rio: Imago Ed..
- Handman, M.-Elisabeth (1983)\_ **La Violence et la Ruse**\_ Aix-en-Provence: Édisud.
- Harvey, Penelope and Gow, Peter (ed.) (1994)- **Sex and Violence**, London and NewYork: Routledge.
- Highwater, Jamake (1992)\_ **Mito e Sexualidade**\_ São Paulo: Ed. Saraiva.
- Kayser, Bernard (org.) 1986\_ **Les Sociétés Rurales de la Mediterranée**\_ Aix-en-Provence: Edisud.
- Lacan, Jacques (1980)\_ **Os Quatro Conceitos da Psicanálise Livro 11** \_Rio: Jorge Zahar.
- Lacan, Jacques (1985)\_ **As Psicoses Livro 3** \_Rio: Jorge Zahar.
- MacCormack,C. and Strathern,M.(Eds.) (1981)\_ **Nature, Culture and Gender**. Cambridge: Cambridge Univ. Press.

- Machado, Lia Z. (1985) *Familia, Honra e Individualismo* in **Anuário Antropológico/85**, Rio, Ed. Paz e Terra.
- Mees Lucia (1997) *Abuso Sexual e Incesto*. Porto Alegre: Associação Psicanalítica.
- Naffah Neto, Alfredo (1997) *Violência e Ressentimento: a psicanálise diante do nihilismo contemporâneo* in CARDOSO, I.(org.) **Utopia e Mal-Estar na Cultura: Perspectivas Psicanalíticas**, São Paulo, Hucitec.
- Peristiany, (ed.) (1970) **Honour and Shame** \_ Chicago, Univ. of Chicago Press.
- Ribeiro, Maria Cristina Duarte (1995)- *A corporalidade nos contos de fadas* in Leal, Ondina Fachel (org.) 1995\_ **Corpo e Significado. Ensaio de Antropologia Social**. Ed. da Universidade/UFRGS
- Sanday Peggy Reeves (1992) *Estupro como Forma de Silenciar o Feminino* in Tomaselli, Sylvia e Porter, Roy (orgs.) **Estupro** \_Rio: Rio Fundo Ed..
- Searles Patricia e Berger Ronald (ed) (1995) **Rape & Society** \_Boulder, San Francisco, Oxford: Westview Press.
- Silveira, Alex da (1996) *Faça o que Eu Digo* \_Brasília: Dissertação de Mestrado, Dep. de Antropologia, UnB.
- Suarez, Mireya; Silva, Ana Paula ; França, Danielli e Weber, Renata (1995) *Reflexões sobre a Noção de Crime Sexual* \_ **Série Antropológica** \_ Brasília, Universidade de Brasília.
- Turner, James G.(ed.) (1993) **Sexuality & Gender in Early Modern Europe** \_Cambridge: Cambridge University Press.
- Vainfas Ronaldo (1997) *Moralidades Brasilicas: Deleites Sexuais e Linguagem Erótica na Sociedade Escravista* in Mello e Souza, Laura de (org.) **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida privada na América Portuguesa** \_ São Paulo: Companhia das Letras.
- Van Gennep (1978) **Ritos Sociais** \_São Paulo: Ed. Ática.
- Vigarello, Georges (1996) **O Limpo e o Sujo. Uma história da higiene corporal** \_São Paulo: Martins Fontes.
- Vogelman, Lloyd (1990) **The Sexual face of Rape**. \_Johannesburg: Ravan Press.
- Welzer-Lang, Daniel (1988) **Le Viol au Masculin** \_Paris: Ed. L'Harmattan.
- Zeitlin, Froma (1992) *Configurações do Estupro na Mitologia Grega* in Tomaselli, S. e Porter, R. (orgs.) **Estupro** \_Rio: Rio Fundo Ed..

SÉRIE ANTROPOLOGIA  
**Últimos títulos publicados**

277. SILVEIRA, Marcos Silva da. *Hari Nama Sankirtana*: Etnografia de um processo ritual. 2000.
278. RIBEIRO, Gustavo Lins. Post-Imperialismo. Para una discusión después del post-colonialismo y del multiculturalismo. 2000.
279. TRAJANO FILHO, Wilson. Outros Rumores de Identidade na Guiné-Bissau. 2000.
280. CARVALHO, José Jorge de. As Tecnologias de Segurança e a Expansão Metonímica da Violência. 2000.
281. RAMOS, Alcida Rita. The Commodification of the Indian. 2000.
282. BAINES, Stephen Grant. Estilos de Etnologia Indígena no Brasil e no Canadá. 2000.
283. PEIRANO, Mariza G.S. (Org. e Introdução). Análise de Rituais. Textos de: Antonádia M. Borges, Cinthia M.R. Oliveira, Cristhian Teófilo da Silva, Francisco C.O. Reis, Kelly Cristiane da Silva e Lea Tomass. 2000.
284. MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado?. 2000.
285. CARVALHO, José Jorge de. A Religião como Sistema Simbólico. Uma Atualização Teórica. 2000.
286. MACHADO, Lia Zanotta. Sexo, Estupro e Purificação. 2000.

A lista completa dos títulos publicados pela Série Antropologia pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade de Brasília  
70910-900 – Brasília, DF

Fone: (061) 348-2368  
Fone/Fax: (061) 273-3264/307-3006